

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Matheus Natera Azor

Manifestações de Junho de 2013 em São Paulo: Uma Análise da Atuação do Movimento
Passe Livre entre os dias 6 e 19

Florianópolis

2021

Matheus Natera Azor

Manifestações de Junho de 2013 em São Paulo: Uma Análise da Atuação do Movimento
Passe Livre entre os dias 6 e 19

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luíz Gustavo da Cunha de Souza.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

Matheus Natera Azor

Manifestações de Junho de 2013 em São Paulo: Uma Análise da Atuação do Movimento
Passe Livre entre os dias 6 e 19

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 18 de Maio de 2021.

Prof., Dr. Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.Dr. Luíz Gustavo da Cunha de Souza
Orientador
UFSC

Prof.(a), Dr.(a) Thaís de Souza Lapa
Avaliador(a)
UFSC

Prof.(a), Dr.(a) Tiago Daher Padovezi Borges
Avaliador(a)
UFSC

Este trabalho é dedicado a todos os indignados deste meu Brasil.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer aos meus pais e ao meu irmão, que sempre me apoiaram em minhas decisões e acreditaram no meu potencial em todos os aspectos da vida. Cada um à sua maneira, investiram e contribuíram com minha formação. Construíram, como reflexo de suas vidas, um ambiente favorável para o meu desenvolvimento enquanto ser humano: curioso, destemido, e crente de que um mundo melhor é possível. No que tange a realização deste trabalho, devo um profundo agradecimento a minha mãe e pesquisadora, Gislene Natera, que me ajudou em diversos momentos, acompanhou minhas progressões na pesquisa e me orientou, sobretudo, no momento final da produção.

Outras pessoas presentes em minha caminhada merecem meus profundos agradecimentos. Aos meus colegas de curso, Julio Isnard, Nicholas Bastos e Vinicius Sena, pela parceria inabalável e pelas incríveis vivências que compartilhamos nos últimos anos. A minha paixão, minha namorada e amiga, Ana Carolina Araújo, agradeço por todo o apoio, cumplicidade, carinho e estímulo a mim dedicados. Aos professores Tiago Borges e Luís Felipe da Graça, que foram responsáveis por resgatar meu interesse pela academia. E, por fim, ao meu orientador, Luiz Gustavo de Souza, que me proporcionou os alicerces para a realização deste trabalho.

RESUMO

A partir da relação entre a emergência dos novíssimos movimentos sociais e da pesquisa qualitativa de reportagens, documentários, entrevistas e obras acadêmicas que retratam o período das manifestações de Junho de 2013 no Brasil, este trabalho busca montar uma descrição sócio-histórica dos acontecimentos, destacando as narrativas propostas pelo Movimento Passe Livre – MPL. Desta forma, investigamos se há ou não mudança em seu posicionamento e em sua capacidade de agência sobre os protestos. O objetivo deste trabalho é analisar, com base nos conceitos de Edward P. Thompson, a atuação do MPL entre os dias 6 e 19 de junho de 2013. No primeiro momento, apresentamos as características e o contexto de nosso objeto: a relação entre o MPL e a emergência das novíssimas estruturas de movimentos sociais; os valores, objetivos e táticas que compõe a atuação do movimento; as contradições e as forças sociais que operam sobre o tema dos transportes. Em seguida, descreve-se o dia a dia das manifestações, sendo separados de 06 a 13 de junho e depois de 14 a 19 de junho, onde há uma notável diferença no posicionamento do movimento e em sua capacidade de agência sobre as mobilizações. Para a fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados os trabalhos de Gohn (2015,2019); as contribuições de Maricato (2013); Vainer (2013); Harvey (2013) e Pechanski (2013); diversos pronunciamentos dados e artigos escritos por membros do MPL-SP; dados coletados por Judensnaider et al. (2013). Conclui-se que a questão da mobilidade pública com enfoque no transporte é um assunto muito sensível e cotidiano na vida dos moradores de uma cidade, tendo impacto social, econômico e de tempo despendido diariamente. Ela deve ser entendida como uma pauta transversal a outras, que garante outros direitos, como também o direito de participar da cidade, da construção e reconstrução dela. O Movimento Passe Livre, como novíssimo movimento social, não se posiciona enquanto liderança do processo reivindicatório, sua principal intenção é estimular a participação popular. A partir das categorias de Thompson (1987, 1998, 2012), entendemos que a pauta dos transportes se configura como uma pauta moral, pertencente a uma comunidade de interesses compartilhada por grupos sociais. O Movimento Passe Livre, aproveita o momento de aumento das tarifas, quando os interesses de um vasto grupo social são contrariados, e organiza uma série de mobilizações populares. Tenta se posicionar como gestor da economia moral dos protestos, articulando a indignação (um descontentamento pré-existente) de indivíduos e grupos, para efetivar ganhos sociais.

Palavras-chave: Movimento Passe Livre. Manifestações de junho. Novíssimos Movimentos Sociais. Transporte público.

ABSTRACT

Based on the relationship between the emergence of the newest social movements and the qualitative research of reports, documentaries, interviews, and academic works that portray the period, this paper seeks to put together a socio-historical description of the events, highlighting the narratives proposed by the *Free Pass Movement - MPL*. In this way, we investigate whether there is a change in its positioning and managing capacity over the protests. This paper aims to analyze, based on Thompson's concepts, the performance of the MPL between June 6 and 19, 2013, during the June Demonstrations. In the first moment, we present the characteristics and the context of our object: the relationship between the *MPL* and the emergence of the newest structures of social movements; the values, objectives, and tactics that compose the performance of the movement; the contradictions and the social forces that operate on the theme of transportation. Then, the demonstrations' day-to-day is described, separated from June 6th to June 13th and then from June 14th to 19th, where there is a notable difference in the movement's positioning and demonstrations managing capacity. For the theoretical foundation of this work, the principles of Gohn (2015, 2019) and the contributions of Maricato (2013), Vainer (2013), Harvey (2013), and Pechanski (2013) were used, as well as several pronouncements were given, and articles written by members of the *MPL-SP*, with also data collected by Judensnaider *et al.* (2013). We concluded that the issue of public mobility with a focus on transportation is a sensitive and daily matter in the city residents' lives, having a social, economic, and daily impact on time spent. It should be understood as an agenda that cuts across other agendas, which guarantees additional rights and the right to participate in the city in its construction and reconstruction. As a brand-new social movement, the Free Pass Movement does not position itself as the claiming process leader; its primary intention is to stimulate popular participation. Based on Thompson's categories (1987, 1998, 2012), we understand that the transportation agenda is configured as a moral agenda, belonging to a community of interests shared by social groups. The Free Pass Movement takes advantage of the moment of fair increases when a vast social group's interests are contradicted and organizes a series of popular mobilizations. It attempts to position itself as a manager of protests' moral economy, articulating the indignation (a pre-existing discontent) of individuals and groups to effect social gains.

Keywords: Free Pass Movement. June Demonstrations. New Social Movements. Public transportation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.2	OBJETIVOS	11
2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	14
2.1	NOVÍSSIMOS MOVIMENTO SOCIAIS.....	14
2.2	O Movimento Passe Livre.....	24
2.3	A PAUTA DOS TRANSPORTES.....	28
3	O DIA A DIA DAS MANIFESTAÇÕES	32
3.1	DE 06 A 13 DE JUNHO	32
3.2	DE 14 A 19 DE JUNHO	47
4	CAMINHOS FINAIS	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Mobilizados pelo aumento da tarifa do transporte coletivo, que passaria de R\$3,00 para R\$3,20, anunciado pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, e pelo governador do estado, Geraldo Alckmin, no dia 22 de maio de 2013, aumento esse a ser implementado a partir do dia 2 de junho, militantes do Movimento Passe Livre (MPL), de São Paulo, convocaram uma série de protestos que começariam a partir do dia 6 de junho, com o intuito de revogar o decreto.

Dessa forma, as Manifestações de Junho de 2013, organizadas pelo MPL, se iniciaram em São Paulo e se espalharam por todo o território brasileiro, levando às ruas cerca de dois milhões de pessoas, entre junho e agosto daquele ano. Somente no mês de junho, 352 cidades se envolveram nos protestos, que tiveram seu auge no dia 20, chegando a mais de um milhão de participantes. No período inicial das mobilizações, de 6 a 13 de junho, os principais participantes eram coletivos autonomistas parceiros, juventudes de partidos políticos de esquerda, estudantes secundaristas e universitários. Durante esse período, foram realizados quatro grandes atos contra o aumento da tarifa. Às vésperas da realização da Copa das Confederações, marcada para acontecer entre os dias 15 e 30 de junho - evento que precede a Copa do Mundo -, o posicionamento do poder público foi de repressão aos protestos. A ação repressiva da Polícia Militar e da Tropa de Choque gerou uma rápida escalada de eventos, transformando o panorama das ruas e adicionando o direito à livre manifestação à pauta de reivindicações.

Foi então que, a partir do dia 13 de junho, quando o quarto grande ato contra a tarifa foi palco de uma repressão policial exagerada, inclusive contra membros da imprensa, as manifestações populares e o debate em torno do preço da tarifa do transporte público passaram a ter visibilidade e participação nacional, num crescimento abrupto que levou multidões às ruas de norte a sul do país.

A influência das redes sociais como veículo de mobilização teve papel de destaque nesse processo. A mídia, que até então se posicionava de forma crítica às manifestações, mudou seu posicionamento e passou a disputar o sentido delas. As pautas, inicialmente localizadas no campo da esquerda e centralizadas na questão do transporte, logo se diluíram. Diferentes grupos passaram a se organizar e a elaborar suas reivindicações particulares. Comunidades de interesses antagônicos se formaram, dividindo grupos sociais a partir de seus anseios e preferências políticas. Esse processo polarizou as mobilizações e seus participantes, aglutinando forças sociais em polos opostos do debate. As ruas passaram a refletir uma disputa

entre grupos sociais. Durante esse processo, o papel, a influência, a significância do MPL (assim como de outros grupos sociais e lideranças) com o movimento, foi se modificando.

Sabemos (GOHN, 2014) que antes de 2013, manifestações populares dessa magnitude haviam acontecido em apenas três momentos da história do Brasil: em 1964, em mobilizações e greves pré-Golpe Militar; em 1984, nas Diretas Já, luta pelo retorno da democracia no final do período do regime militar e; em 1992, em manifestações pró-*impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Impulsionados pelo novo ciclo de atuação de movimentos sociais de massa, como descrito por Gohn (2019), após junho de 2013, grandes mobilizações voltaram a acontecer: em 2014, nos protestos contra a Copa do Mundo de futebol e em 2016, nos protestos que culminaram no golpe/*impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

1.2 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste Trabalho de Conclusão de Curso.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso é analisar a atuação do Movimento Passe Livre, entre os dias 6 e 19 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, utilizando conceitos analíticos elaborados por Thompson (1987, 1998, 2012).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) explorar a relação entre o MPL e as novíssimas formas de atuação de movimentos sociais;
- b) elucidar os valores que compõem o MPL;
- c) situar as contradições acerca do tema do transporte;
- d) apresentar um panorama sócio-histórico das manifestações de junho de 2013, com enfoque nos posicionamentos do MPL.

1.2.3 Estrutura da Pesquisa

Inicialmente apresenta-se ao leitor, a partir dos subcapítulos, uma descrição de nosso objeto e o contexto social no qual ele está colocado. A **Caracterização do objeto** consiste em uma investigação acerca dos valores, interesses e práticas que compõe o Movimento Passe Livre, apresentada ao leitor, a partir dos subcapítulos. Em seguida, realizaremos uma descrição sócio-histórica que retrata o período de 6 a 19 de junho de 2013, separada em dois tempos analíticos - de 6 a 13 de junho; de 14 a 19 de junho. O **Dia a dia das manifestações** nos serve como uma expressão direta das tomadas de decisão do MPL-SP, e seus desdobramentos no decorrer do processo. Finalizamos em **Caminhos Finais**, onde realizamos a análise de nosso objeto, apresentando e aplicando os conceitos de Thompson a realidade pesquisada, e apresentamos nossas considerações finais.

Em **novíssimos movimentos sociais**, situamos o contexto temporal no qual estão inseridos o MPL e as Manifestações de Junho de 2013. Com base nos conceitos de Gohn (2015, 2019), destacamos que os eventos de mobilizações de junho de 2013 no Brasil estão inseridos num contexto mais amplo e global, de proeminência de novíssimos movimentos sociais. O principal objetivo deste item é explorar a relação entre o Movimento Passe Livre e as novíssimas formas de atuação de movimentos sociais.

No **Movimento Passe Livre**, estão as experiências e referências históricas que constituem a origem, a formação e os princípios do MPL. Aqui, objetivamos elucidar os valores que compõem o movimento e explorar de que forma ele se posiciona para atingir suas metas.

Já, **A pauta dos transportes**, situa o contexto espacial no qual se dão as manifestações: grandes centros urbanos onde a cidade de São Paulo serve como referencial para as demais. A proposta neste capítulo é apresentar ao leitor as contradições entre a questão do transporte público - e da mobilidade urbana - e a lógica de mercantilização das cidades. Nossa interpretação se baseia numa reunião de conceitos, os principais autores que orientam o entendimento do transporte como um direito, são: Ermínia Maricato (2013); Carlos Vainer (2013); David Harvey (2013); Alexandre Pechanski (2013).

Em seguida, apresentamos o **Dia a dia das manifestações** - uma descrição sócio-histórica das manifestações entre os dias 6 e 19 de junho, separada em dois subcapítulos. A descrição foi elaborada por meio da pesquisa qualitativa de reportagens, documentários, entrevistas e obras acadêmicas que retratam o dia a dia das manifestações. O posicionamento do MPL-SP é destacado em contraposição à conjuntura política do momento. Pretendemos descrever como o movimento se adapta às situações, como dialoga com o público, com outros agentes e reivindicações emergentes do processo. Para tanto, primeiro descrevemos o período de 6 a 13 de junho, período anterior à nacionalização do movimento, quando os protestos eram

criminalizados pelo poder público e pela grande mídia e, em seguida, os acontecimentos a partir do dia 14 de junho, quando a adesão popular cresce e diversos grupos sociais passam a participar dos protestos, que ganham assim outras proporções.

Em **As contribuições de Thompson**, apresentamos os conceitos do autor, à medida que os aplicamos a realidade em questão. Traçamos assim, indiretamente, um paralelo entre os motins da fome e os protestos contra o aumento da tarifa. Aqui, equiparamos a pauta dos transportes a uma pauta moral (como os motins da fome estudados pelo autor), parte integrante de uma comunidade de interesses compartilhados, e detentora de uma noção de legitimadora. Assim, entendemos os protestos contra o aumento no preço das tarifas, assim como as táticas nele usadas, como uma expressão da economia moral dos grupos sociais que se mobilizam. O MPL, por sua vez, atua como articulador destes grupos sociais, convocando mobilizações assim que seus interesses são contrariados, quando os preços aumentam. No decorrer das mobilizações outras pautas, indignações e descontentamentos passam a ter visibilidade no debate público, como o direito a livre manifestação, outra pauta moral, compartilhada por um grupo social muito mais extenso, o que muda o panorama das mobilizações, amplificando seu público.

2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

Neste capítulo iremos apresentar as principais características de nosso objeto de estudo, a atuação do Movimento Passe Livre – SP, durante as Manifestações de junho de 2013. Nosso objetivo aqui, é elucidar o leitor para os elementos que compõe o movimento, sua narrativa, seus ideais e forma de atuação.

2.1 NOVÍSSIMOS MOVIMENTO SOCIAIS

No sentido de contextualizar a existência do Movimento Passe Livre e sua forma de atuação, Maria da Glória Gohn (2015) explora a relação entre o MPL e as Manifestações de Junho e outras mobilizações populares ao redor do mundo e afirma:

Há consenso entre os analistas de que as manifestações de 2013 no Brasil surgiram na esteira de outros movimentos de indignação em várias partes do globo, contra as políticas asfixiantes da globalização neoliberal (GOHN, 2015, p.109).

Os novíssimos movimentos sociais fazem parte de um arranjo de manifestações populares que se acentuam pós-crise global do capitalismo financeiro¹ em 2008. Para Gohn (2019), trata-se de um fenômeno compartilhado globalmente, apesar das inúmeras particularidades sociais, históricas e políticas das diferentes localidades. Os principais expoentes dessa novíssima forma de movimento social, segundo a autora, são: as revoltas dos “indignados da Grécia e Espanha; a Primavera Árabe, no Oriente Médio, Tunísia e Egito; o *Occupy Wall Street*; as Jornadas de Junho” (GOHN, 2019, p. 109). A estas, podemos adicionar outras experiências recentes como os Protestos no Chile em 2019, o *Euromaidan*, protestos em Kiev, em 2013, o *Black lives Matter*, ocorrido nos Estados Unidos em 2020, o *QAnon*, também protagonizado nos Estados Unidos em 2020, entre outros.

Gohn (2015) afirma que algumas características unem tais movimentos e, destaca: a predominância de jovens; a convocação de protestos por meio das redes sociais, usadas como ferramentas de organização e mobilização da população; a cobertura extensiva dos meios de

1 Segundo Varoufakis (2016), “as certezas fortalecidas por décadas de condicionamento de repente desapareceram junto com cerca de US\$ 40 trilhões de patrimônio global, US\$ 14 trilhões de riquezas das famílias somente nos Estados Unidos, 700.000 empregos norte-americanos mensais e incontáveis casas retomadas em toda parte. A lista é tão longa quanto os valores, incomensuráveis.”

Disponível em: https://diegoazziufabc.files.wordpress.com/2017/07/varoufakis_minotauro-global_intro.pdf Acesso em 25/03/2021.

comunicação tradicional, contribuindo para a construção do imaginário social em torno das mobilizações; o caráter autônomo e orgânico do movimento; a ausência de lideranças capazes de centralizar em si as indignações populares; a atuação em torno de pautas diversas, com pouca coesão entre si.

No entanto, anterior ao surgimento e consolidação desse novíssimo tipo de movimento social, existiam duas formas massificadas de organização de movimentos sociais que são os clássicos e os novos, onde “Os clássicos abarcam os sindicatos, sem-terra, estudantes, movimentos populares, comunitários de bairros, sem teto, etc.” (GOHN, 2019, p. 124). Organizados a partir de estruturas verticais, de poder centralizado, tais movimentos sociais se formam a partir de posições sociais comuns aos membros. O grupo escolhe representantes que devem negociar seus deveres e demandas.

Para a autora, os novos movimentos sociais abrangem “movimentos criados a partir do final da década de 1970 (gênero, geracionais, étnicos, ambientalistas etc.)”, no qual “pautam e constroem a identidade por meio de lutas simbólicas e culturais, pela aquisição ou expansão de direitos, a partir de pertencimentos originários, gênero etc.” (GOHN, 2019, p. 124). Estes movimentos são formados a partir de identidades culturais e sociais compartilhadas entre seus membros, e destacam-se diversas vertentes de movimentos feministas, antirracistas, movimento de mulheres negras, etc. Desse modo, eles se organizam em torno de uma liderança clara, mesmo que compartilhada entre indivíduos. As diretrizes do movimento são sólidas e a participação de um indivíduo depende da aprovação de outros. Só faz parte do movimento quem compartilha das mesmas identidades culturais e sociais do grupo em questão.

Gohn (2019) reitera que como fruto da atualidade, os novíssimos movimentos sociais são embasados em recursos do novo mundo digital e surgem das novas formas de associativismo urbano entre jovens escolarizados, sobretudo, por meio das redes sociais. São um fenômeno global, onde grupos atuam de forma descentralizada, horizontal e autônoma sob diferentes aspectos da vida social. Geralmente, são críticos das lideranças políticas, dos políticos profissionais e sindicalistas e se organizam por meio de ações coletivas e/ou discursos em torno de uma reivindicação, uma ideia, uma cultura ou ato cultural, um objetivo, uma reflexão etc. Esses movimentos sociais possuem uma estrutura fluida, são heterogêneos entre si e podem se organizar e classificar de diferentes formas a depender da atuação de seus membros.

Da mesma forma, Machado e Miskolci (2019) ressaltam a influência da internet e das redes sociais no surgimento e massificação destes movimentos sociais contemporâneos, declaram que:

Com a emergência das redes sociais, os usos políticos da Web 2.0 originariam grandes manifestações como os da chamada Primavera Árabe (2010), Occupy Wall Street (2011) e Indignados (2011). Tais mobilizações apoiavam-se na facilidade de compartilhar conteúdos, na popularidade de perfis pessoais e, sobretudo, no poder dos algoritmos em atrair a atenção, agregar apoio às causas, induzindo à ação política. No Brasil, embora tenham surgido fenômenos como “rolezinhos” - jovens da periferia que marcavam grandes encontros em *shopping centers* - ou as marchas da maconha e das vadias, ambos organizados pelo Facebook, foi só em 2013, com as chamadas Jornadas de Junho, que o uso político das redes sociais comerciais alcançou impacto em toda a sociedade (MACHADO, MISKOLCI, 2019, p. 950, grifos dos autores).

Ainda na concepção de Gohn (2019), os novíssimos movimentos sociais constituem uma nova lógica de pressão política por meio da participação popular, sobretudo, porque inovam (com relação aos tipos de organização de movimentos sociais anteriores) ao flexibilizar a questão da identidade em meio à luta social. Estes grupos “criam identidades a partir de pautas que envolvem um “fazer”, uma ação, uma experiência real, independente de origens etc.” (GOHN, 2019, p. 124, grifos da autora). Desta forma, a participação do indivíduo no grupo se dá mediante a sua própria atuação, ou seja, se torna membro, aquele que se comporta como membro, que se posiciona politicamente de forma convergente ao grupo. Essa flexibilização da questão da identidade, permite que diferentes grupos sociais atuem de forma simultânea e conjunta em meio ao mesmo movimento.

2.1.1 A ascensão dos novíssimos movimentos sociais e seus desdobramentos no Brasil

Não obstante a emergência no pós-crise de 2008, “o campo de atuação desses ativistas é o altermundialista dos anos de 1990 e 2000” (GOHN, 2019, p. 132). Surgem, portanto como desdobramento dos movimentos altermundialistas (ou, antiglobalização), presentes na pauta dos movimentos internacionais desde o final da década de 1990, reconhecida principalmente pela “Ação Global dos Povos” (AGT), ou, *People’s Global Action*². Uma frente de luta vasta e global, composta por diversos movimentos populares ao redor do mundo, organizados de forma autônoma, descentralizada e não hierarquizada, em que articulavam dias globais de ação contra o capitalismo, caracterizadas por manifestações (com pautas semelhantes) em diferentes locais do mundo, que ocorriam no mesmo dia. O movimento era crítico ao avanço do capitalismo

2 Peoples’ Global Action. Nadir. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/>. Acesso em 11/12/2020.

liberal e contra a “cultura global” que se construía, centralizada ao redor dos Estados Unidos. As manifestações globais propunham que um “mundo diferente” era possível.

Apesar de ter promovido manifestações em diferentes localidades do mundo, a experiência da AGT e dos "Dias Globais de ação contra o capitalismo” ficou marcada pela experiência em Seattle, nos Estados Unidos, em novembro de 1999. Nesta cidade ocorreram cinco dias de protestos, confrontos, violência e repressão policial contra a Organização Mundial do Comércio, durante um evento da entidade. O episódio ficou conhecido como “A batalha de Seattle” e se destaca dentre os protestos históricos no país. Há um debate sobre a real origem desta onda de mobilizações autônomas, para Rodrigues (2018) “Seattle só se tornou possível graças a um longo percurso de confluências de lutas prévias, cujo detonador aparece vinculado ao levante zapatista de 1994.” (p. 13)

O Centro de Mídia Independente (CMI), ou, Indymedia³ surgiu no decorrer da batalha de Seattle para coordenar uma cobertura jornalística alternativa e independente. Através de um site de publicação livre, disponível a qualquer produtor de conteúdo, compilava matérias jornalísticas, relatos de manifestantes, análises, fotos etc. Dada a visibilidade alcançada, o projeto se tornou permanente, foi ampliado e passou a atuar em diversas localidades do mundo, como uma rede internacional de produtores de informação, de ideal anticapitalista, livres de quaisquer interesses empresariais ou governamentais. Em 2004, eram 142 sites⁴. Tanto o CMI quanto a AGT servem como referencial para as mobilizações altermundialistas, e posteriormente, aos novíssimos movimentos sociais.

É importante salientar que estes movimentos chamados de altermundialistas, ou, antiglobalização, não são contra o conceito de globalização, mas sim críticos à forma que a globalização vinha sendo praticada. São a favor de uma globalização alternativa, contra o viés liberal, centrado culturalmente nos Estados Unidos e apoiado por entidades internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O caráter do movimento é global, de uma luta compartilhada globalmente entre movimentos sociais de esquerda contra os valores hegemônicos do capitalismo.

No Brasil, o processo se refletiu ainda na década de 90 e início dos anos 2000, em protestos cuja principal bandeira era contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e contra a privatização das universidades públicas. “Alguns militantes (do MPL) participaram

3 Indymedia. The Global Network of Independent Media Centers. Disponível em: <https://indymedia.org/>. Acesso em 11/12/2020

4 Giraud, Eva. Has radical participatory online media really “failed”?? Indymedia and its legacies. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1354856514541352>

dos dias de ação global aqui no Brasil”, afirma um militante, no documentário *Por uma vida sem catracas* de Carlos Pronzato (2014)⁵. Como legado deste processo de organização autônoma, horizontal, de confronto ao avanço do capital por meio da ação direta, aconteceram de forma espontânea dois eventos históricos que influenciaram muito a constituição no MPL, que foram as revoltas contra o aumento da tarifa de transporte em Salvador (2003) e em Florianópolis (2004 e 2005).

A luta por um transporte público acessível e de qualidade é uma reivindicação histórica da população brasileira. Manifestada em diversas oportunidades, é reconhecida por aglutinar multidões, gerar protestos “violentos” e espontâneos, onde a ação direta, o vandalismo e o confronto com a polícia fazem parte do arsenal de ação dos manifestantes. Assad e Queiróz (2015), apresentam, através de uma revisão de literatura, as principais revoltas em torno da pauta do transporte público e concluem que “as lutas e mobilizações por transporte coletivo no Brasil não são recentes” e verificam nos protestos, uma mudança na “dinâmica, forma de organização e pautas de luta nos movimentos pelo transporte [...] – de mobilizações espontâneas e quebra-quebras para movimentos mais duradouros, com táticas específicas e agitação próprias.”(ASSAD; QUEIRÓZ, 2015, p. 17).

Historicamente, alguns exemplos emblemáticos dessas mobilizações, são: a “Revolta do vintém”⁶ no Rio de Janeiro, 1879; o “distúrbio urbano”⁷, em São Paulo, em 1947; a “Revolta das barcas”⁸, em Niterói, 1959; a “Greve da Meia-Passagem”⁹, em São Luís no Maranhão, 1979; e o “Movimento Contra a Carestia”, ou, “Quebra-quebra”¹⁰, em Salvador, 1981. As experiências mais contemporâneas, da “Revolta do Buzu”, em Salvador, 2003, e da “Revolta das catracas”, em Florianópolis, 2004 e 2005, serão apresentadas a seguir, de forma mais

5 Por uma vida sem catracas, MPL. SP. Filme completo. Direção, Roteiro e Produção Carlos Pronzato. Brasil, fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UNBm-dt2LRs> Acesso em 11/12/2020

6 Assad, Queróz. Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil: manifestações, estratégias de luta e desafios. UEL. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/23756/17715>

7 Arquivo estado de São Paulo. Distúrbio Urbano de 1947. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia05/> .Acesso em 01/04/2021

8 Biblioteca Nacional. A revolta das Barcas Rio-Niterói. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/revolta-barcas-rio-niteroi> . Acesso em 01/04/2021

9 Greve da Meia Passagem. Conheça a história dos 40 anos de lutas e conquistas. Disponível em: <https://www.blogdabarrigudeira.com/2019/09/greve-da-meia-passagem-conheca-historia.html>

10 Ver mais em *A multidão rouba a cena: O quebra-quebra em Salvador (1981)*, de Edemir Ferreira. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11252/1/Dissertacao%20Edemir%20Ferreiraseg.pdf> . Acesso em 25/03/2021.

detalhada, pois o Movimento Passe livre é fruto destas experiências e surge como um desdobramento do impacto de tais mobilizações.

a) Salvador – 2003: No momento do aumento de vinte centavos na tarifa do ônibus municipal da capital baiana, se deu início uma série de manifestações populares e autônomas que duraram todo o mês de agosto de 2003 e ficou conhecida como “A revolta do Buzu”. O processo de manifestações se iniciou a partir da ação descentralizada de estudantes secundaristas que em horário de aula pulavam os muros de seus colégios e paralisavam ruas e avenidas da cidade, realizando assembleias espontâneas nos bloqueios que promoviam. A revolta do Buzu foi a primeira revolta popular em grande escala realizada no Brasil, organizada de forma autônoma, descentralizada em suas decisões e não hierarquizada. Um movimento popular que se construiu nas ruas, entre aqueles que estavam lá, sem liderança ou compromisso ideológico específico. No decorrer das manifestações, organizações tradicionais do movimento estudantil local tomaram a frente de negociações com a prefeitura, e, apesar de obterem algum sucesso, falharam na reivindicação principal do movimento que era a redução da tarifa. Esses movimentos foram duramente criticados, pois negociaram com a prefeitura sem o apoio dos manifestantes. Pomar (2013, p. 9) afirma: “A consciência de que a mobilização popular é um sólido instrumento de pressão e de conquistas sociais é o principal legado da Revolta do Buzu”. O movimento expôs uma maneira alternativa de organização política. (POMAR, 2013); (MPL-SP, 2013a)¹¹; (REVOLTA DO BUZU, 2003)

b) Florianópolis - 2004 e 2005: Desde o início dos anos 2000, na cidade de Florianópolis, um grupo de militantes (sobretudo a organização Juventude Revolução, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT) já trabalhava por uma Campanha pelo Passe Livre- CPL (estudantil). Militantes faziam visitas a escolas públicas, privadas e manifestações de pequeno porte. Segundo Marcelo Pomar (2013), um dos fundadores da CPL (e do MPL, posteriormente), o trabalho desenvolvido pelo grupo de militantes possibilitou o acontecimento da Revolta da Catraca em 2004 e 2005. Em 2004 ainda antes do aumento das passagens e das mobilizações pela cidade de Florianópolis a CPL organizou um encontro, com cerca de 40 membros, para apresentar o documentário *A revolta do Buzu*, e partir de então,

11 Referenciamos daqui em diante os artigos publicados pelo Movimento Passe Livre- São Paulo de forma abreviada como MPL-SP

fazer uma discussão acerca dos erros e acertos do movimento que ocorrera um ano antes. O processo de mobilizações em 2004 surge da mesma forma que aconteceu em Salvador embasado no movimento estudantil autônomo e de organização horizontal. Alunos de colégios (especialmente do Colégio de Aplicação da UFSC) pulam os muros de suas escolas e passam a ocupar espaços importantes da cidade, conquistando massivo apoio da população e revogando o aumento no preço das passagens de ônibus na cidade. O processo de mobilizações populares que se iniciou em 2004, quando houve aumento no preço da tarifa, voltou a se repetir em 2005. Muito do apoio popular aos estudantes e àqueles que se manifestavam, surgiu como resposta à dura repressão policial vivida nos protestos. Nos dois anos em que a Revolta da Catraca foi vitoriosa em Florianópolis, junto à pauta do transporte público, caminhava a reivindicação de livre direito à manifestação (VINICIUS, 2005¹²).

A partir dessas revoltas, e, da vitória dos manifestantes na revogação no aumento da tarifa em Florianópolis durante dois anos consecutivos, a nacionalização da luta passa a ser um desejo latente para militantes da pauta. Assim, foi marcada uma reunião plenária no Fórum Social Mundial, em 2005, para a articulação nacional de movimentos sociais atuantes na pauta dos transportes. Um dos militantes do movimento afirmou:

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior. (MPL-SP, 2013a p. 15)

Foi na onda de movimentos populares internacionalizados, articulados globalmente através das redes e do uso da internet, organizados de forma não hierárquica e autônoma, aos moldes da AGP e da CMI, que surgiu o Fórum Social Mundial (FSM), evento no qual foi construído o Movimento Passe Livre. O FSM foi um encontro organizado por movimentos sociais do mundo inteiro e teve sua primeira edição em 2001 em Porto Alegre, reunindo de 10000 a 15000 (dez a quinze mil) pessoas¹³, tendo sua última edição realizada em 2018, em

12 A guerra da tarifa. Leo Vinicius. Faísca Publicações Libertárias. Disponível em: <https://editorafaisca.files.wordpress.com/2015/02/leo-vinicius-guerra-da-tarifa.pdf> . Acesso 25/03/2021

13 Fórum Social Mundial. Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fórum_Social_Mundial . Acesso em 25/03/2021

Salvador, Bahia. Apesar da organização contar com movimentos populares do mundo inteiro, os brasileiros tiveram grande influência, recebendo o evento em 10 oportunidades, num total de 17 realizações organizadas anualmente. Passou também por edições em Mumbai, na Índia, Nairóbi, no Quênia, Dakar, em Senegal, e Túnis, na Tunísia. (GOHN, 2019).

Mais frutífero do que buscar relações entre o MPL e os partidos políticos é buscar elos entre as formas de luta antiglobalização do início dos anos de 2000 e manifestações nas ruas em 2013. Os ativistas da alterglobalização criaram, ainda ao final do século XX (1998), durante a I Conferência Mundial dos Povos, a AGP (Ação Global dos Povos), que deu origem como braço de comunicação o CMI (Centro de Mídia Independente) e depois a Indymedia (cf. ORETELADO, 2012). A AGP incentivou e organizou inúmeros atos de protestos durante as reuniões de cúpula de líderes mundiais, destacando-se as de Seattle em 1999, Gênova em 2001, etc. Essas manifestações, que refluíram no plano internacional após o atentado às torres gêmeas norte-americanas, quando acirrou-se o combate a manifestações sob o argumento ao terrorismo, foram escolas de aprendizagem de muitos ativistas das manifestações no início da nova década em varias partes do mundo, inclusive no Brasil. Um dos movimentos que constituíram o MPL no FSM de 2005 foi o CMI (Centro de Mídia Independente) (GOHN, 2015, p. 48).

Neste sentido, sobre o Movimento Passe Livre, Pablo Ortellado (*apud* PRONZATO, 2014) afirma: “ele é uma organização social, uma organização política[...] que nasce dessa luta espontânea, que reconhece essa luta espontânea, que apoia essa luta espontânea, e que se propõe a ser veículo político dessa luta espontânea”. O movimento está desde sua origem conectado ao campo de atuação dos movimentos altermundialistas e ao surgimento dos novíssimos movimentos sociais no Brasil. Tem como experiências fundadoras, ou, como inspiração, as revoltas espontâneas de Florianópolis e Salvador. Nessa perspectiva, o MPL dentro da realidade brasileira serve ao mesmo tempo como uma expressão da emergência, e, como veículo de propagação desse tipo de organização: autônoma, horizontal e espontânea. Militantes do MPL, no programa *Roda Viva*¹⁴ do dia 17/06/2020 confirmam, tanto a influência direta das experiências altermundialistas na formação política do movimento, quanto a ascensão desse tipo de organização no Brasil. Foram entrevistados dois militantes¹⁵ do movimento, designados pelo grupo para o diálogo com a mídia. Segundo os entrevistados, o MPL

é uma mobilização que propõe uma renovação de forma de organização. Uma organização mais centrada em núcleos, em decisões horizontais [...]. Essa organização é baseada em parte no que aconteceu nas manifestações altermundistas, no início da década passada. [...] O fato é: eu comecei minha vida política nessas mobilizações, mas hoje em dia é uma coisa muito maior,

14 Movimento Passe Livre. 17/06/2013. Roda Viva. Junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY&t=4151s>. Acesso em: 11/06/2020

15 Durante a sabatina apresentada pela TV Cultura no programa Roda Viva, os militantes do MPL presentes, Lucas Monteiro de Oliveira e Nina Cappello, afirmam estarem ali para representarem o movimento e não suas opiniões pessoais. Por isso, referenciamos suas falas ao MPL-SP

muito mais ampla [...] muito mais generalizada. [...] É uma construção política que está se fazendo. (MPL-SP, 2013b)

Os novíssimos movimentos sociais quebram com uma lógica de articulação e oposição entre movimentos sociais (clássicos e novos), em meio a mobilizações populares. Para estes, crentes na centralização do poder em torno de lideranças, há um caráter de disputa inerente pelo protagonismo de mobilizações sociais. Historicamente, movimentos sociais distintos competem entre si pelo protagonismo, pelo poder e pela pressão política que advém das mobilizações. Segundo um militante do documentário, o MPL “rompeu com uma dinâmica da esquerda tradicional” (PRONZATO, 2014) ao promover manifestações sem lideranças, inclusivas a população não organizada e crente da autogestão dos espaços públicos. Neste sentido, membros do movimento argumentam:

É muito diferente ir num ato do MPL e ir num ato da esquerda tradicional organizada. Porque a esquerda, centrais sindicais, quando chamam ato, é cada um com uma bandeira. É uma disputa estética[...] E no nosso ato, não. [...] Porque o cara colocar a bandeira dele ali na frente pra tirar foto, pra sair na foto, aquilo ali mostra diretamente que a preocupação dele ali é muito mais divulgar o partido dele, do que construir a luta. Isso guarda um profundo significado. [...] Você está colocando seu partido acima da pauta. (PRONZATO, 2014).

O mês de junho de 2013, para Gohn (2019), deu início a um novo ciclo de atuação de movimentos sociais de massa no Brasil, marcado pelo protagonismo dos novíssimos movimentos sociais. Alguns exemplos destes movimentos, que surgem, ou que passam a ter maior visibilidade neste ciclo, são: (a) o Movimento Passe Livre¹⁶, movimento social que luta pela transporte público gratuito e que deu início ao processo de manifestações de junho de 2013; (b) o Anonymous¹⁷, “legião” descentralizada que atua na área do ciberativismo; os Black Blocs¹⁸, tática anarquista anticapitalista de resistência à repressão da polícia e de prática de ação direta, que costuma atuar principalmente em manifestações de rua; (c) o Coletivo Mídia Ninja¹⁹, “uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho”; (d) Movimento

16 Movimento Passe Livre: Por uma vida sem catracas! Retirado de Tarifa Zero. Disponível em: <https://www.mpl.org.br> . Acesso 25/3/2021

17 Anonymous. Wikipédia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anonymous> . Acesso 25/03/2021

18 Black blocs. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc . Acesso 25/03/2021.

19 Mídia Ninja. Quem somos. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/> . Acesso em 11/12/2020.

Contra Corrupção²⁰, canal de comunicação via redes sociais e website “voltado principalmente a o jornalismo político, denúncias de corrupção na política setores da indústria e sociedade” formado por “um grupo de idealizadores”; (e) Rede de Coletivos Fora do Eixo²¹, “uma rede colaborativa e descentralizada de trabalho constituída por coletivos de cultura pautados nos princípios da economia solidária, do associativismo e do cooperativismo”; (f) Movimento Brasil Livre²², movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo; (g) Vem pra Rua²³, movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil; (h) Ocupe Estelita²⁴, um movimento social e cultural de ocupação, organizado em resposta ao projeto imobiliário Novo Recife.

Um elemento curioso sobre os novíssimos movimentos sociais, e que vale ser destacado, foi retirado da análise do programa do *Roda Viva*²⁵, realizado no dia 05/08/2013, com membros do “Coletivo Mídia Ninja”. Pablo Capilé²⁶ confessa a “vontade”, ou, o “desejo” de tais movimentos em “não ter o controle” sob os atos que propõe, ou ainda, em tornar-se “obsoleto, desnecessário” com o passar do tempo. Em entrevista ao documentário de Pronzatto (2014), um militante do MPL-SP afirma algo que vai no mesmo sentido, em que o movimento gostaria de “perder o controle” sobre as manifestações contra o aumento da tarifa. Este desejo é coerente com a proposta e com a filosofia dos novíssimos movimentos sociais, de incentivar a participação popular massiva, de autogestão dos espaços, de influenciar uma nova cultura de pressão política e de não criar lideranças que sejam capazes de “controlar” o movimento. Pretendem incentivar a participação popular, instruir a população a exercerem a autogestão de suas vidas, e assim, se tornarem mundanos, comuns, desnecessários.

A partir desse histórico, de diferentes e complementares análises e reflexões, podemos sugerir que, os novíssimos movimentos sociais desejam estimular o processo de transformação da sociedade a partir da autogestão da população. Pretendem, sem tomar as rédeas do processo,

20 MCC- Movimento contra corrupção. Objetivos do Movimento. Disponível em: <http://www.contracorrupcao.org/p/objetivos-do-movimento.html> Acesso 13/04/2021

21 Fora do Eixo. Carta de princípios. 2009. Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/> . Acesso em 11/12/2020.

22 Movimento Brasil Livre. Home. Disponível em: <https://mbl.org.br> . Acesso em 25/03/2021.

23 Vem pra Rua. O movimento. Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/#vem-pra-rua> . Acesso em: 25/03/2021

24 Ocupe Estelita. Movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. Scielo. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003#:~:text=O%20movimento%20Ocupe%20Estelita%20é,destruição%20desse%20marco%20da%20cidade. Acesso em 11/12/2020.

25 Mídia Ninja. 05/08/2013. Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kmgvDn-lpNQ&t=2367s> . Acesso em 11/12/2020

26 Pablo Capilé é um ativista político e cultural brasileiro, nascido em Cuiabá, é fundador da Rede de Coletivos Fora do Eixo, e do Mídia Ninja

incentivar que a própria população o faça. Esse tipo de manifestação autônoma, descentralizada, de “livre” participação, sem protagonismo de grupo específico tem se mostrado incrivelmente efetivo no que tange a incentivar a participação popular, sendo capaz de aglutinar diferentes grupos, ideologias, reivindicações, comunidades de interesses em um mesmo processo de manifestações, muitas vezes ocupando os mesmos espaços de debate.

Ao mesmo tempo em que essas novíssimas estruturas têm sido vitoriosas no sentido de promover uma participação popular expressiva, elas têm tido dificuldades em garantir ganhos sociais concretos, que respondam às insatisfações demonstradas por aqueles que se mobilizam. Isto porque, a combinação entre grande participação popular e descentralização de poder, de autogestão do movimento, faz com que diferentes camadas e interesses da população participem das mobilizações, produzindo assim mais reivindicações do que se pode conquistar, algumas inclusive, conflitantes entre si. A autogestão ocorre de forma literal no decorrer das mobilizações que se transformam conforme mudam-se os participantes, os interesses, as reivindicações. A disputa se dá pela pauta, pelo motivo, pelos interesses que devem ser priorizados.

2.2 O MOVIMENTO PASSE LIVRE

O Movimento Passe Livre - MPL, responsável por organizar os primeiros atos contra o aumento da tarifa nas manifestações de junho de 2013, é um movimento nacional articulado pela luta pelo transporte público, que atua até os dias de hoje. Fundado oficialmente em 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o MPL surgiu da reunião entre membros da “Campanha pelo Passe Livre” - ocorrida em Florianópolis entre os anos 2000 e 2004 - e outros coletivos autonomistas que compunham o evento. Seus princípios são independência, apartidarismo, horizontalidade e decisões por consenso²⁷ e se classifica como um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, que pretende articular a luta pelo transporte público acessível e de qualidade no país.

A formação do MPL surge como desdobramento das experiências de revoltas populares, relacionadas ao transporte, vividas em Florianópolis e em Salvador. Idealmente, as manifestações do MPL devem conter uma pluralidade de grupos sociais articulados em torno de uma pauta única (PRONZATO, 2014). Não há centralidade nas decisões do movimento, o

que significa dizer que as decisões são tomadas a partir dos coletivos locais. Um coletivo local, que leve a bandeira do MPL, desde que siga sua carta de princípios, não é submisso a nenhum tipo de organização nacional do movimento. Assim, nos cabe olhar mais atentamente ao MPL-SP, coletivo local atuante em São Paulo, que tem como sua atuação nosso objeto de pesquisa.

A prática do MPL-SP na cidade de São Paulo, durante o decorrer dos anos, foi de uma alternância entre um trabalho de base duradouro e a articulação de grandes manifestações, quando se dão os aumentos nos preços dos transportes. A maioria do tempo o grupo atuava principalmente em campanhas em escolas e em pontos importantes da mobilidade urbana da cidade, como terminais de ônibus e metrô. O objetivo dessas ações era conscientizar a população sobre o problema da mobilidade urbana, do transporte público como direito, do direito à cidade e do passe livre como alternativa real e viável. Segundo o movimento, na sabatina concedida ao *Roda Viva*, do dia 17/06/2013, o MPL não tem força política para realizar, por si só, grandes mobilizações. “O grosso da população só sente o aumento no momento em que o aumento se dá” (MPL-SP, 2013b). Assim, só convocam grandes manifestações quando há adesão popular para isso, quando os preços sobem.

O movimento atua em São Paulo desde 2006, quando organizaram protestos contra o aumento da tarifa de R\$ 2,00 para 2,30. Em 2010, acorrentaram-se às catracas da Secretaria Municipal de Transportes. Em 2011, quando houve aumento no preço de R\$2,70 para R\$3,00, a estratégia na campanha contra o aumento foi de realizar um grande ato por semana. O período de lutas durou dois meses e meio e no total foram dez grandes atos na cidade (JUDENSNAIDER, et al., 2013). Até 2013, o movimento não havia conseguido reduzir o preço da passagem em nenhuma das oportunidades.

Militantes do movimento concebem o tema do aumento dos transportes como uma pauta sensível a uma grande parte da população urbana, que participa com fervor nas manifestações contra o aumento da tarifa. Nas palavras do movimento: “Se a gente chamasse uma manifestação pelo impeachment do Geraldo Alckmin iria muita pouca gente na rua [...] As manifestações que se chamam “contra a corrupção”, por exemplo, [...] vai muito pouca gente!” (MPL-SP, 2013b). Sobre o transporte ressaltam: “o transporte é uma pauta essencial hoje em dia[...] São as maiores mobilizações de esquerda que a gente tem hoje, de transformação da sociedade” (MPL-SP, 2013b).

A análise que fazem é de que a força popular contida nos protestos pela revogação do aumento da passagem, sempre foram maiores e mais expressivos do que o próprio movimento social. Segundo o MPL (2013b), o movimento “se situa num campo à esquerda da sociedade, na medida que propõe uma transformação social e uma construção mais igualitária entre as

peças” (MPL-SP, 2013b), seu “foco político” está na busca de uma “transformação radical da sociedade” (MPL-SP, 2013b). Segundo os entrevistados, a transformação que desejavam viria “da mobilização da sociedade, na criação de espaços diferenciados” de autogestão e participação. Acreditavam na auto-organização das pessoas para a gestão de suas vidas, de seus bairros, de suas cidades e apostavam na potencialidade da pauta dos transportes, de protestos descentralizados e autônomos para estimular a participação social, a ação direta e a transformação social. (MPL-SP, 2013b).

A ideia do Passe Livre, isto é, do transporte público gratuito para a população, não é de criação do MPL. Foi colocada no debate público pela primeira vez pela prefeitura de São Paulo no início da década de 1990, no mandato da prefeita Luiza Erundina (1989 - 1993).

Em 28 de Setembro de 1990 o ofício n. 381/90 foi enviado do gabinete da prefeita Luiza Erundina ao então presidente da Câmara, Eduardo Matarazzo Suplicy - PT. Nele era apresentado formalmente o projeto de lei do Fundo Municipal de Transportes, que subsidiaria as políticas de Tarifa Zero que a prefeitura buscava implementar (SILVA, 2016, p. 115)

A partir do projeto de lei, o MPL avança sobre o debate, reunindo estudiosos de diversas áreas do conhecimento para a construção de seu argumento. Concebe assim, o transporte público enquanto direito fundamental e transversal a outros direitos. O direito a se locomover garante a “efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos.” (MPL-SP, 2013a, p. 16). O transporte passa a ser vinculado ao direito a transformar a cidade. David Harvey, em *Cidades Rebeldes*, afirma que o mundo urbano é construído pelas ações diárias da população que ali vive, a cidade se modifica conforme seus cidadãos modificam suas práticas: “Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos” (HARVEY, 2013, p. 31), o transporte “não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente[...]” (HARVEY, 2013, p. 31). Nas palavras do movimento: “As lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior do que o MPL” (MPL-SP, 2013b).

É dentro dessa lógica que se constrói a proposta do MPL-SP, de autogestão da cidade mediante a seus próprios moradores, de gestão popular por meio da ação direta. O movimento afirma que “a cidade é usada como arma para sua própria retomada” (MPL-SP, 2013a, p. 16). A retomada do espaço urbano se expressa ao mesmo tempo como objetivo e método do movimento: “Sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação” (MPL-SP, 2013a, p. 16), o movimento ocupa as ruas e avenidas de forma espontânea e autônoma, fazendo com que a população assuma o controle do fluxo da cidade. Um militante do movimento, explica que o núcleo duro do MPL-SP é responsável por pensar politicamente

o trajeto que a manifestação deve tomar. No decorrer do ato, a decisão é constantemente reavaliada pelos manifestantes, que devem adaptar o percurso (sua intervenção no funcionamento da cidade), sob a conjuntura das ruas: o número de manifestantes, o efetivo policial presente, sua capacidade de gerar e cumprir novos objetivos (PRONZATO, 2014). As escolhas do movimento se dão em tempo real e, num processo de análise constante, o movimento se adapta conforme a força que tem.

A autogestão da vida urbana se dá na ação da população sobre a cidade, seja em grandes manifestações populares, como as do MPL (que paralisa o trânsito, transformando o cotidiano da cidade), ou em atos isolados, praticados por indivíduos ou pequenos grupos, como os “catracaços” (o ato de pular a catraca e utilizar o serviço do transporte sem pagar) e pichações. Neste momento, “aqueles que são alijados do poder de decisão sobre seu destino tomam esse destino com seu próprio corpo, por meio da ação direta” (ROLNIK, 2013, p. 10).

Segundo o movimento, as pessoas vão às ruas porque o “aumento no preço das tarifas é inaceitável” (MPL-SP, 2013b), não porque foram convocadas. Assim, a intenção é que o movimento atue como um organizador de um amplo grupo social, que seja capaz de direcionar a insatisfação popular no sentido de gerar ganhos sociais. Na argumentação do grupo, o aumento é tido como a causa dos protestos. A responsabilidade é daqueles que o propuseram, e que têm poder para revogá-lo, ou seja, o prefeito e o governador do estado.

Cada pessoa ali é uma célula de poder essencial para o processo, e, tentar comandar as pessoas é tirar o comando do povo [...] A gente não quer representar ninguém. As pessoas podem se representar muito bem, muito melhor do que a gente[...] A gente não se coloca como autoridade, e sim como referência (PRONZATO, 2014)

A pauta dos transportes possui alguns atributos interessantes para a atuação de um movimento social de novíssima estrutura, como o MPL. Algumas dessas características são que o movimento:

- a) atinge cotidianamente a vida de quase todos que moram em grandes cidades;
- b) quando tem seus interesses atacados, é capaz de mobilizar espontaneamente diferentes grupos sociais;
- c) se configura como um direito transversal, permite acesso a outros direitos, dialoga assim, com outras demandas e indignações.

Ainda em 2004, antes da “fundação” oficial do MPL, temos um indício de que os militantes da pauta, consideravam o tema do transporte sensível o suficiente para servir como um gatilho para a transformação social mais ampla: “Todos demos o sangue pela vitória dessa atividade, pois ela vai desencadear um processo de revoltas jamais visto no Brasil” – sentença

da resolução final da “Campanha Nacional pelo Passe Livre”, num encontro nacional promovido pela “Campanha pelo Passe Livre”, em Florianópolis. Nas palavras de Marcelo Pomar, um dos fundadores do MPL, o que o movimento fez durante toda sua história (incluindo a experiência de 2013), foi: “canalizar a potencialidade latente dessa reivindicação e das aspirações que dela derivam” (POMAR, 2013, p. 18).

2.3 A PAUTA DOS TRANSPORTES

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria, dizia Mao Tse-Tung. Ora, qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se (VAINER, 2013, p. 36)

À medida do avanço do capitalismo financeiro e do neoliberalismo sobre a vida social, as cidades têm sido, cada vez mais, o principal local para a reprodução da força de trabalho, associadas a um “produto, um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção, exploração, lucros, juros e rendas” (MARICATO, 2013, p. 20). Essa lógica além de estruturar cidades com base na comercialização, no lucro, promove também uma disputa entre diferentes cidades. Assim, propostas liberais que priorizem os setores privados e detentores do capital são constantemente incentivadas, e tidas como necessárias para se manter no “páreo” desta competição. São Paulo, a maior e uma das mais ricas cidades de toda a América Latina, é uma das grandes cidades “globais”. Vainer (2013) afirma sobre estas, que são:

concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). Medidas que garantam uma inserção, mesmo que subordinada, no mercado global (VAINER, 2013, p. 38)

Segundo Harvey (2013, p.29) a cidade é dividida socialmente entre “elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que por sua vez se fundem aos marginalizados e desempregados”. As cidades sempre foram um local de conflito social intenso, de diferenças culturais, de desenvolvimentos geográficos desiguais. Sempre houve uma disputa básica dentro delas, entre aqueles que visam o lucro, e aqueles que desejam melhores condições de vida. Na disputa pelo capital externo, pelas empresas e pelos grandes eventos globais, quem sofre com as contradições do sistema, em grande parte, são os cidadãos destes centros urbanos. Neste sentido, Vainer (2013) argumenta sobre as manifestações de junho:

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. (VAINER, 2013, p. 37)

Segundo Maricato (2013, p. 24) em 2007, o tempo de viagem médio gasto por um paulistano era de 2 horas e 42 minutos, sendo que, para um terço da população, que vive mais afastada do centro da cidade, em zonas periféricas, o tempo gasto é de mais de 3 horas. Uma boa parte da vida do morador de São Paulo é gasta na mobilidade. “É com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores.” (MARICATO, 2013, p. 24). O transporte, de qualidade que “deixa a desejar”, também afeta diretamente a renda do cidadão paulistano, que em média gasta de 13 a 14 minutos²⁸ diários da renda de seu trabalho, apenas com transporte. Segundo o MPL, cerca de 37 milhões de pessoas no Brasil não têm condições de pagar pelo transporte público. “Os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas” (VAINER, 2013, p. 39)

O problema que envolve a mobilidade urbana é ampliado pela lógica que insiste em favorecer os donos do capital, e os grandes empresários do ramo. Essa é uma prática um tanto quanto antiga no Brasil. Em 1950, com a chegada de indústrias automotivas estrangeiras ao país, o presidente da época, Juscelino Kubitschek, deu prioridade à construção de rodovias em detrimento de ferrovias. Além dos investimentos relativos à infraestrutura voltada ao automóvel, e à priorização do transporte individual sobre o coletivo, diversas medidas do poder público, a exemplo de isenções fiscais como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incentivam o consumo desenfreado de automóveis (ASSAD; QUEIRÓZ, 2015). Neste sentido, Maricato (2013) atenta para o crescimento da frota de veículos nas cidades:

A desoneração dos automóveis somados à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades. Em 2001, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras era de 11,5 milhões; em 2011, subiu para 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nessa mesma cidade, o número de motos passou 4,5 milhões para 18,3 milhões (MARICATO, 2013, p. 25).

28 DANA, Samy e SIQUEIRA, Leonardo. Análise: A tarifa de ônibus por aqui está entre as mais caras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 2013, 17 junho 2013.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296233-analise-a-tarifa-de-onibus-por-aqui-esta-entre-as-mais-caras-do-mundo.shtml> .Acesso em 11/12/2020

Esse processo de mercantilização dos transportes nas grandes cidades é responsável, em grande parte, pela má qualidade da mobilidade urbana. O MPL utiliza destas contradições para a construção de sua narrativa, e para a justificação de seus atos. Em junho de 2013, quando o MPL-SP teve sua atuação questionada, sob o argumento de que os protestos atrapalhavam a mobilidade da cidade, a resposta do movimento foi categórica. Afirmam que a cidade está com sua mobilidade urbana comprometida todos os dias, que os recordes de congestionamento não foram causados por manifestações, mas sim, pela política de priorização do transporte individual, sob o transporte coletivo. E que tal argumento se justifica, no próprio fato da mobilidade urbana ser comprometida pelo bloqueio de uma ou duas avenidas (o que pode acontecer por diversos motivos). Concluem que, para que a mobilidade urbana funcione, para que as pessoas “possam ter acesso à cidade”, precisam de uma “nova lógica de mobilidade”, que priorize o transporte coletivo. (MPL-SP, 2013b).

A partir disso, percebemos que quando falamos em transporte público como direito, a questão recai sobre o direito de ir e vir, o direito a participar da cidade, de estar presente. Assim como foi explorado anteriormente, o direito ao transporte público é entendido como um direito transversal a outros direitos, como um direito que possibilita o acesso aos demais. Nesse sentido, a cobrança de uma tarifa pela mobilidade do cidadão (objetificada em uma catraca) é responsável por distinguir aqueles que podem ou não transitar pela cidade a partir de um fator econômico.

Segundo João Peschanski (2013), a proposta do MPL de Tarifa Zero é compatível e desejada para o aprimoramento do capitalismo. Contudo, esbarra nos interesses de uma elite já estabelecida e que lucra com o modo operante atual. Segundo o autor, o Passe Livre “reúne valores desejáveis a uma alternativa social ao capitalismo: sustentabilidade, solidariedade, eficiência, democracia e comunidade.” (PESCHANSKI, 2013, p. 60). Dentro dessa visão, o passe livre se justifica inclusive em questões econômicas, visto que, o investimento em transporte público traria economias ao Estado com gastos que hoje são fruto desse processo intensificado de priorizar o transporte individual sob o coletivo. Segundo Peschanski (2013), os principais gastos que seriam reduzidos são aqueles relacionados à saúde pública, principalmente relacionados à redução do caso de doenças respiratórias (fruto também de grande poluição, comum em grandes centros urbanos), e com os gastos relacionados ao atendimento a acidentes entre veículos. Além disso, o investimento no transporte traria uma diminuição no tempo gasto em trânsito, tempo o qual o trabalhador poderia estar produzindo. Nas palavras do autor “Quem paga a conta pelo trânsito travado são, de novo, o cidadão e o Estado.” (PESCHANSKI, 2013, p. 61)

Do ponto de vista econômico, o capitalismo não é incompatível com o passe livre. Desejável e viável, aliás, a proposta contribui para a eficiência da reprodução do capitalismo. [...] O real obstáculo para a proposta da tarifa zero diz respeito às relações de poder no capitalismo. A atingibilidade dessa utopia real depende de uma modificação no modo como interesses econômicos dominantes expressam na prestação desse serviço básico. (PESCHANSKI, 2013, p. 63)

Concluimos que a questão da mobilidade pública com enfoque no transporte é um assunto muito sensível e cotidiano na vida dos moradores da cidade, tendo impacto social, econômico e de tempo despendido diariamente. A lógica que favorece o transporte individual, favorece também os interesses econômicos de grandes capitalistas e empresas estabelecidas no mercado. O mais prejudicado dentro desse contexto são os próprios cidadãos, sobretudo aqueles mais pobres que vivem na periferia da cidade. Onde, além de se gastar mais com o transporte (com relação ao salário recebido), se vive mais distante do local de trabalho, se gasta mais tempo em trânsito e conta-se com infraestrutura mais precária. A mobilidade urbana deve ser entendida como uma pauta transversal a outras, que garante outros direitos, como o de participar da cidade, da construção e reconstrução dela. Os transportes têm um papel central impactante na vivência de indivíduos em grandes meios urbanos, e se configura assim, como uma pauta moral para a população.

3 O DIA A DIA DAS MANIFESTAÇÕES

Este capítulo será subdividido em duas partes: de 06 a 13 de junho de 2013 e de 14 a 19 de junho. Essa escolha se deu pois, após as manifestações do dia 13, os processos de mobilizações mudaram de magnitude. A quantidade de público se amplia junto com as reivindicações dos protestos, e o MPL muda seu posicionamento inicial.

3.1 DE 06 A 13 DE JUNHO

[...] a estratégia para 2013 era a de realizar atos grandes e de maior impacto, em vias mais centrais, e com curto intervalo de tempo entre eles, de maneira a asfixiar o poder público, fazendo jus ao lema do MPL: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 26, aspas do autor)

Maria da Gloria Gohn (2015) nos conta que o primeiro grande ato contra o aumento das tarifas do transporte público na cidade de São Paulo ocorreu dia 6 de junho, organizado por manifestantes do MPL, movimentos e coletivos parceiros e juventudes de partidos de esquerda. A Polícia Militar afirmou que o protesto contava com cerca de 2000 (dois mil) manifestantes, já o MPL anunciou a participação de 6000 (seis mil) pessoas. O ato se concentrou em frente ao Theatro Municipal da cidade, localizado no centro antigo da capital. Os manifestantes saíram da região central, seguiram para a Avenida 9 de Julho, depois Avenida 23 de Maio e Avenida Paulista. Vias importantes da cidade ficaram completamente bloqueadas por manifestantes em horário de pico (horário em que há maior trânsito de veículos na cidade). Neste momento, o MPL estava reafirmando sua estratégia histórica de pressionar o poder público por meio da paralisação do trânsito de veículos (GOHN, 2015).

Segundo Elena Judensnaider et al. (2013), o trajeto percorrido pela manifestação passou em frente à prefeitura municipal, que aguardava um pedido de audiência para receber um número pequeno de manifestantes para o diálogo. A prefeitura de São Paulo de Fernando Haddad (PT) tinha um “grande trunfo” argumentativo para a questão: o aumento da tarifa havia sido dado num valor abaixo da inflação, diferentemente de outros aumentos de gestões anteriores a sua.

Judensnaider et.al. (2013) ainda afirma que o movimento surpreende a prefeitura porque os manifestantes não pedem reunião e nem procuram o diálogo. Ao invés disso, ateiem fogo em catracas de papelão e lixeiras, fazem pichações no Masp e em um shopping da região. Eram quase sete horas da noite quando o ato alcançou a avenida 23 de Maio (uma das avenidas mais

importantes da metrópole) onde participantes estenderam uma faixa em cima do viaduto, com as escritas: “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!”. A Polícia Militar demorou um pouco para agir. Durante o trajeto houve alguns pequenos focos de conflito entre policiais e manifestantes, porém o grosso do confronto se deu quando o Batalhão de Choque da Polícia Militar tentou dispersar manifestantes com o uso de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e balas de borracha. Ao invés de acabar com a manifestação, a repressão policial foi responsável por segmentá-la. Diversos grupos passaram a atuar de forma isolada em ruas e avenidas do centro da cidade. Naquele dia foram detidas 15 pessoas e 10 ficaram feridas. Muitos focos de destruição ficaram espalhados pelo centro da cidade. Segundo Judensnaider et. al.:

Uma parte dos manifestantes seguiu para o Terminal Bandeira, bem próximo ao local. Outra seguiu para a Prefeitura e para o Terminal Parque Dom Pedro e uma terceira ainda continuou pela Avenida 9 de Julho e subiu para a Avenida Paulista, que foi bloqueada pela primeira vez (JUDENSNAIDER, et. al., 2013, p. 29-30).

Segundo reportagem do portal *GI notícia*²⁹, o protesto foi contra o aumento na tarifa de ônibus de R\$ 3 para R\$ 3,20. A reportagem assegura que “o primeiro tumulto envolvendo a PM ocorreu após manifestantes colocarem fogo em cones da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET)”, e que em um pequeno espaço destinado a falar da organização que mobilizou os protestos, o MPL-SP se justificou afirmando que: “não somos responsáveis pelos atos de vandalismo.”. O MPL-SP (NEGRINI, 2013) atentava, em entrevistas a meios de comunicação, para a truculência da ação policial no Primeiro Grande Ato Contra os Aumentos da Tarifa, afirmando que a repressão já era esperada. Nas palavras de um militante do movimento:

A polícia fez o que a gente esperava que ela ia fazer, que foi varrer o ato, mas teve um momento que eles foram completamente inconsequentes, que foi continuar tacando bomba em frente ao shopping Paulista, onde a gente não tem mais pra onde correr, que simplesmente tem gente que não sabia o que estava acontecendo. Nesse momento a polícia foi extremamente inconsequente, irresponsável. – (NEGRINI, 2013)

Entendemos que, nesse momento inicial das manifestações, o MPL não tem força, isto é, pressão popular o suficiente para começar um processo de interlocução com o poder público (JUDENSNAIDER, et.al., 2013). O movimento tenta agir de forma coesa na sua proposta inicial e verbalizada nas ruas, “Se a tarifa não abaixar, São Paulo vai parar!”. A narrativa do

29 Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista. - Confronto com a PM deixou rastro de destruição e vandalismo. Protesto foi contra aumento na tarifa de ônibus de R\$3 para R\$,20. Por Ana Carolina Moreno em 06/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html> . Acesso em 11 dez. 2020

MPL-SP neste momento dá mais valor à ação direta e à gestão da revolta com o aumento da tarifa, do que a uma tentativa de diálogo com o poder público. O MPL-SP ao mesmo tempo em que coloca seu método em prática – ocupar a cidade –, desafia o poder público a lidar com uma multidão preparada para agir e reivindicar, e não para ouvir e dialogar. Nas palavras de uma militante do MPL-SP “Eu não sei se essa é a melhor solução, ir pra rua, mas essa é a que a gente sabe fazer”. (NEGRINI, 2013).

Na manhã do dia seguinte a repercussão na mídia e no poder público era, de maneira geral, homogênea e crítica aos manifestantes. A chamada da reportagem do caderno “Cotidiano” da *Folha de São Paulo*³⁰ era “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”. Em reportagem³¹ o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin também se manifestou:

Uma coisa é manifestação, que se respeita. Outra coisa é vandalismo. Isso é inaceitável. Você destruir um patrimônio público, estações do Metrô, impedir as pessoas de terem acesso. Prejudicar o trânsito, interromper avenidas em região com grandes números de hospitais. Isso é vandalismo, não é manifestação. A Polícia tem que tratar como tem que ser tratado, vandalismo. Não é possível aceitar a depredação de patrimônio público e prejuízo para a população (HENRY, 2013)

Judensnaider et.al. (2013, p. 34) registram que durante o dia, em sua conta no Twitter, Geraldo Alckmin³² reafirmou a sua posição: “Sim à liberdade de manifestações; não ao vandalismo, que prejudica a população” e completou: “É dever da @PMESP proteger as pessoas, o patrimônio público e o direito de ir e vir.”

Ainda no dia 7 de junho, o MPL organizou o segundo “grande ato” contra o aumento da tarifa. Um dos objetivos do movimento era pautar uma sequência de manifestações num curto período de luta intensa. Militantes do MPL utilizam sua visibilidade pública e momentânea para apresentar sua narrativa – focada em mostrar à população os problemas no sistema de transporte público, e a viabilidade do projeto Passe Livre –, além de se defender dos ataques da mídia e dos governantes – de sua suposta atuação violenta no dia anterior.

37 milhões de brasileiros não têm condições de pagar pelo transporte público, e cada vez que essa tarifa aumenta esse número aumenta também. O movimento passe livre é um movimento que luta por um transporte

30 Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP. Folha de S. Paulo. Pressreader. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/folha-de-s-paulo/20130607/281479273965356> . Acesso 27 mar. 2021

31 Protesto contra aumento da passagem tem princípios de confronto em SP. PM estima que haja cerca de cinco mil manifestantes. Por Thiago Henry em 07/06/2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/protesto-contr-aumento-da-passagem-tem-principio-de-confronto-em-sp-8622437> Acesso em 27 de mar., 2021.

32 @geraldoalckmin

verdadeiramente público. Que ele não seja feito de acordo com a lógica dos empresários, de acordo com o lucro do lucro das empresas de ônibus, e sim com os interesses da população. A gente chama esses protestos pela redução das tarifas; A gente organiza o protesto, a gente chama (inaudível); traz baterias, traz faixas, pensa em trajetos, mas as pessoas vêm de acordo com a nossa organização, de acordo com o nosso trabalho. Tem diversos outros grupos políticos que compõem o ato, também, que chamam os seus grupos próximos, pessoas próximas. Quando você tá atirando balas de borracha contra a população, nada é previsível, não dá pra você achar que sabe o que vai acontecer, e as pessoas têm razão de se sentirem putas, de saírem correndo. Foi isso que aconteceu, as depredações começaram depois da repressão policial. O argumento da inflação é sempre uma falácia, porque ele usa como argumento técnico algo que na verdade é político. A prefeitura de SP tem muito dinheiro, a questão é: o que a prefeitura faz com esse dinheiro? E na verdade a gente sabe que a prefeitura investe em transporte privado e não em transporte público, a prefeitura duplicar a pista da marginal, faz pontes onde só os carros podem passar. A gente tem informações de que a cada 12 reais gastos em transporte, 11 são em transporte privado. A gente vai se manifestar até a tarifa se reduzir (LOCATELLI, 2013).

A manifestação do dia 7 reuniu cerca de 5000 (cinco mil) participantes, segundo a Polícia Militar (JUDENSNAIDER et al., 2013). Segundo Gohn (2015), a concentração inaugurou um novo ponto importante para os protestos de junho, o Largo da Batata. A manifestação segue do Largo da Batata em direção à Avenida Paulista, passando pela Marginal Pinheiros e Avenidas Faria Lima e Rebouças, bloqueando vias importantes da cidade em horário de pico. A cidade atingiu 226 km de lentidão na área monitorada pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). O trajeto da manifestação ocupou áreas nobres da cidade, “símbolo de luxo, status e sede de várias empresas do capital financeiro” (GOHN, 2015, p. 26). Assim como no dia anterior, manifestantes eram, sobretudo, jovens, estudantes, militantes de juventudes de partidos.

Por meio de entrevistas dadas às redes de comunicação, militantes do MPL argumentavam que precisariam de participação massiva da população nos protestos para que a reivindicação fosse ouvida pelo poder público. O MPL estava convocando grupos sociais que compartilhavam da mesma comunidade de interesses do movimento – um transporte público acessível e de qualidade – a participar do processo. O movimento buscava mobilizar outros setores da sociedade, simpatizantes de sua causa, mas que ainda não participavam, ou, não costumavam participar do processo reivindicatório. O objetivo da mobilização a curto prazo apareceu, por meio da fala de um dos militantes do movimento, como sendo travar as avenidas e parar a cidade. Em entrevista da revista *Vice News*, um militante afirma, convocando a população: “O Movimento Passe Livre não para a cidade sozinho, a gente vai precisar que toda

a população se junte com a gente, vamos travar as avenidas. Ontem e hoje são só um começo, a luta continua até a gente realmente parar a cidade.”.

Em outra reportagem do portal *GI*, do dia 06/06/2013³³ é registrado que, por volta das 22 horas, os manifestantes conseguiram chegar à Paulista. Assim como no dia anterior, a ação repressiva da polícia militar fez com que os manifestantes se dispersassem, gerando grupos isolados de manifestantes que atuavam de forma espalhada pelo centro da cidade. Pequenos confrontos entre manifestantes e policiais aconteceram até a madrugada. O coronel da PM Yeros Aradzenka, responsável pela operação policial, afirmou que cerca de 350 policiais militares estavam na região da Paulista.

Durante o final de semana, dias 8 e 9 de junho, o MPL-SP não convoca grandes atos. Os meios de comunicação de massa reforçam o discurso contrário às manifestações já presentes nas primeiras coberturas do evento. A desqualificação do movimento passa por acusá-los de vandalismo e falta de diálogo com o poder público. Os organizadores dos protestos são tratados como “estudantes, membros de partidos minoritários e radicais e punks” (JUDENSNAIDER et al., 2013, pág. 42). Na *Folha de São Paulo*, o secretário de relações governamentais da prefeitura, João Antônio, argumenta que a prefeitura convidou uma comissão do movimento para conversar, mas que o convite foi recusado. (JUDENSNAIDER et al., 2013)

Fernando Haddad, prefeito de São Paulo, se manifesta por meio do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde reconhece a importância da demanda por um transporte público mais barato e assume que é uma reivindicação que dialoga com outras demandas da sociedade. Podemos entender com isso, que ele concorda com a análise feita pelo MPL de que o transporte é uma pauta transversal a outras. Porém, ao mesmo tempo, o prefeito questiona a legitimidade das ações violentas dos manifestantes e acusa o movimento de estar “defasado no que diz respeito ao debate público” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p 43). Faz uso da visibilidade atribuída ao jornal e aproveita a oportunidade para defender o seu plano para o transporte da cidade: garantir a municipalização da CIDE (A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - imposto sobre a gasolina), e reverter valores recebidos em subsídio à tarifa dos ônibus (JUDENSNAIDER et al., 2013).

33 Após fechar Marginal Pinheiros, ato contra tarifa volta à Avenida Paulista. Movimento Passe Livre reúne manifestantes em São Paulo. Na quinta (6), passeata teve 15 detidos após confronto com PM. Por Marcelo Mora em 07/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contra-tarifa-volta-avenida-paulista.html> . Acesso em 11/12/2020

Segundo Judensnaider et al. (2013), a situação política do prefeito e das contas da prefeitura eram complicadas: “Enquanto outras prefeituras tinham concedido o aumento (das tarifas) em janeiro, Haddad o havia postergado a pedido da presidenta Dilma, para ajudar a conter a inflação no primeiro semestre” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 43). Assim, a prefeitura de São Paulo e a gestão de recursos da cidade tinham mais dificuldade em atender a demanda do MPL do que outros municípios do Brasil.

A semana do dia 10 se inicia com a ausência tanto do prefeito da cidade, Fernando Haddad (PT), quanto do governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB)³⁴. Ambos estavam em viagem para Paris, onde ocorreria a reunião do Escritório Internacional de Exposições para decidir qual cidade seria a sede da Exposição Mundial (Expo) de 2020. Segundo Judensnaider et al. (2013, p. 47): “tanto o governador quanto o prefeito veem a realização do evento em São Paulo como uma maneira de ampliar o turismo e a imagem da cidade no exterior”.

Neste ínterim, o Brasil já era a sede definida para a próxima edição da Copa do Mundo (a ser realizada em 2014), e para as próximas Olimpíadas (em 2016). A Copa do Mundo, as Olimpíadas e a Expo são os três maiores eventos do mundo. Por um lado, nada mais normal para representantes da mais importante cidade da América Latina, inserida na lógica neoliberal de mercado e na competição de megacidades por megaeventos, do que um esforço considerável para apresentar São Paulo como a sede ideal para a realização do evento. Por outro lado, a lógica seguida pelos representantes, de mercantilização da cidade, era um dos eixos essenciais na construção da narrativa crítica a qual o MPL tentava propagar, que exigia a redução da tarifa.

Em entrevista à *Folha de São Paulo* Haddad questionou a tática de não diálogo adotada pelo movimento. Afirmou que a prefeitura estava aberta ao diálogo desde que os manifestantes renunciassem à violência, que segundo ele, era incompatível ao debate. Outro membro da prefeitura se manifestou, também pela *Folha de São Paulo*, Antônio Donato, secretário do governo, e justificou a mudança no posicionamento do PT com relação aos protestos contra o aumento da tarifa proposto pelo MPL. Em 2011, quando o Partido dos Trabalhadores era oposição, tanto na prefeitura da cidade quanto no estado, eles haviam apoiado os protestos contra o aumento das tarifas. A mudança no posicionamento do partido, no argumento do secretário, se deu porque em 2013 o aumento da tarifa foi abaixo da inflação, diferentemente do que havia acontecido em 2011 (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Desta forma, podemos afirmar que a Juventude do Partido dos Trabalhadores contradisse o posicionamento dado pelo partido, pois lançaram uma nota pública onde apoiaram a revogação do aumento na tarifa e defenderam as manifestações. O argumento da juventude é de que o aumento da tarifa do transporte “só favorece o lucro das empresas” e dentro desta perspectiva convocaram a “militância petista a participar ativamente das manifestações e comitês[...] Pela reversão imediata dos aumentos!” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 53)

O MPL também se manifesta por meio de uma nota pública, onde rebate as críticas do poder público:

O Movimento Passe Livre São Paulo está perfeitamente aberto ao diálogo; no entanto, não temos disposição em negociar algo diferente daquilo que a população está exigindo nas ruas. Nas atuais mobilizações temos uma reivindicação clara: a REVOGAÇÃO DO AUMENTO. Voltaremos ao centro na terça-feira às 17h na praça do ciclista e estaremos nas ruas dos bairros ao longo de toda a semana. A luta está só começando. (JUDENSNAIDER, 2013, p.51 – 52, ênfase do autor)

Conforme Judensnaider et al. (2013, p.56), o MPL protocola um pedido junto à prefeitura e outro junto ao governo do Estado, solicitando uma reunião:

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO POR UMA VIDA SEM CATRACAS A/C Exmo. Prefeito(a) em exercício [Governador em exercício] A/C Prefeitura do Município de São Paulo [Governo do Estado de São Paulo] Ref. Revogação do aumento da passagem de ônibus municipal [de metrô] Requeremos reunião de pauta única: REVOGAÇÃO DO AUMENTO DA PASSAGEM DE ÔNIBUS MUNICIPAL [DO METRÔ] Atenciosamente.

Ainda na tarde do dia 11, manifestantes voltaram às ruas para protestar sob a organização do Movimento Passe Livre pela revogação do aumento das tarifas. Diferentemente dos atos anteriores, ao invés da manifestação rumar à Av. Paulista, os manifestantes a usaram como o palco da concentração do protesto. O ato saiu da Praça dos Ciclistas na Av. Paulista e rumou ao Terminal Parque Dom Pedro. A escolha do trajeto (por parte do MPL), pode se justificar pelo fato de que trabalhadores da saúde e policiais civis do estado haviam protestado na avenida contra o não cumprimento de acordos previamente estabelecidos. As manifestações de ambas as categorias aconteceram no período da tarde. A concentração do grande ato foi marcada para as 17 horas. Segundo a organização, participaram 5000 (cinco mil) manifestantes no protesto, a Polícia Militar confirmou a estimativa do MPL, apesar de a Secretaria da Segurança Pública divulgar um total de 2000 (dois mil) manifestantes.

Ocupar a avenida Paulista, até então, havia sido o objetivo dos manifestantes e o foco da repressão policial. As manifestações de categorias sindicais que ocorreram durante a tarde do dia 11, facilitaram a escolha do MPL. Com protestos sindicais, a Avenida Paulista teria um

movimento de manifestantes durante todo o decorrer do dia, construindo um ambiente reivindicatório, que poderia facilitar a concentração de um grande ato naquela localidade, sem que houvesse repressão do poder público de imediato.

O ato se iniciou sob forte chuva e manifestantes seguiram rumo ao Terminal Parque Dom Pedro. No percurso encontram diversos bloqueios policiais que impediriam a passagem dos manifestantes. O ápice da violência entre manifestantes e policiais se deu quando a manifestação chegou ao terminal de ônibus, onde estava programada a realização de um “catracaço”. Segundo reportagem da *Vice News*³⁵, “os policiais tentaram entrar no terminal e todos se sentaram e deitaram no chão. Só a mulher grávida ficou de pé, e eles atiraram nela. Todo mundo levantou e correu depois disso” – Relato de manifestante não identificado.

Assim como nas manifestações anteriores, segundo Judensnaider et al. (2013), o confronto entre manifestantes e policiais leva a manifestação a se fragmentar, e diversos grupos passam a atuar de forma dispersa na região central da cidade. Sem nenhum tipo de comando central, parte dos manifestantes tentam voltar à Av. Paulista, enquanto outros praticam vandalismo, destruição de patrimônio e entram em confronto com a força de repressão do estado. Outros ainda, deixam a manifestação com medo do ambiente violento e perigoso.

Segundo os relatos de Judensnaider et al. (2013) – percebemos nos manifestantes (que não são membros do MPL-SP) uma revolta com a atuação policial nas manifestações. Na palavra dos manifestantes, o confronto com a polícia aparece como necessário para o movimento, como motivo de orgulho. Seguem relatos de manifestantes:

Eles tacaram bomba, spray de pimenta, tiro de borracha, eu vi um menino que tomou um tiro de borracha na perna. Você fica com medo, mas se você recuar você já perdeu a causa, sabe?” – relato de manifestante não identificada.

Estamos aí, eu com uma bala de borracha da polícia, minha primeira bala. Eu tenho muito orgulho de estar nas ruas, lutando por um país melhor, por um país dos trabalhadores.” – relato de manifestante ferida por bala de borracha, não identificada.³⁶

Em entrevista publicada pelo *G1*, um militante do MPL afirma que o movimento não assume responsabilidade pelos atos de vandalismo contra o patrimônio público: “com mais de 15 mil pessoas, não dá pra controlar³⁷”(G1, 2013a). Gohn (2014, p. 27) também endossa tal

³⁵ As Jornadas de Junho de 2013. Negrini. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HUErI_Q0QNg
Acesso: 03/05/2021

³⁶ Acesso pelo mesmo link previamente disponibilizado.

³⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-disse-ser-intoleravel-acao-de-baderneiros-durante-protestos-em-sp.html> Acesso em: 01/04/2021

situação, registrando que outro membro do movimento disse na ocasião: “Não temos controle; virou uma revolta popular”. Judensnaider et.al, por sua vez, garantem que:

Por toda a noite, as ondas de repressão policial motivam depredações, pichações e queima de sacos de lixo. Além de estações de metrô e agências bancárias, é depredada a sede do Partido dos Trabalhadores. Apesar da tentativa de militantes do MPL de impedir o ataque, o prédio tem seus vidros quebrados e o muro pichado. O movimento liga imediatamente para lideranças do partido para se desculpar por não ter conseguido conter os manifestantes (JUDENSNAIDER, 2013, p. 62 – 63)

Tendo como base as diferentes fontes citadas anteriormente, sabemos que no total, 19 pessoas foram detidas, inclusive jornalistas, cerca de 100 pessoas foram feridas (manifestantes, jornalistas, policiais), 87 ônibus foram queimados ou apedrejados e, além disso, vitrines de lojas foram quebradas, bancos depredados e estações de metrô danificadas.

O tema das manifestações ganhou espaço dentro da sessão da Câmara Municipal, no final da tarde do dia 11, segundo Judensnaider et al. (2013). Os autores apontam que diversos vereadores se posicionaram, entre eles: (1) Ricardo Young, um dos líderes do Partido Popular Socialista (PPS) e importante articulador em São Paulo da Rede de Sustentabilidade, que tenta participar ativamente dos protestos; (2) Andrea Mattarazzo, segundo vereador mais votado nas eleições de 2012 e um dos mais importantes líderes do PSDB, partido do governo do Estado, que ataca os manifestantes e a postura de Fernando Haddad; (3) o vereador Arselino Tatto, do PT, irmão do secretário de transportes Jilmar Tatto, que também se opõe às manifestações, mas nega acusações de que a cidade está abandonada; (4) Toninho Vespoli, primeiro vereador eleito pelo PSOL³⁸ para a Câmara Municipal, que defende o movimento e critica a ausência de debate sobre o transporte público na Câmara; (5) o vereador e ex-ministro dos esportes, Orlando Silva, do PCdoB³⁹, partido da vice-prefeita, que enfatiza a recusa do MPL em dialogar com a prefeitura, além de fazer dura crítica à estratégia do movimento nas ruas; (6) o vereador Rubens Calvo, do PMDB⁴⁰, que reforça críticas ao movimento e ao prejuízo causado pela “baderna” dos “arruaceiros (JUDENSNAIDER et al., 2013, p.62).

Ainda nessa perspectiva, percebemos que as ruas já haviam começado, de forma singela, seu processo de transformação. O MPL demonstrou sua incapacidade de controlar a manifestação, e, como consequência disso ocorreu a depredação da sede do Partido dos Trabalhadores. O MPL nunca foi um movimento antipartidário, nunca apoiou nenhum tipo de vandalismo a sedes de partidos políticos, menos ainda sendo a sede de um partido de esquerda.

38 Partido Socialismo e Liberdade.

39 Partido Comunista do Brasil.

40 Partido Movimento Democrático Brasileiro.

Maria Flô, atriz, influenciadora e militante do PT, fez uma dura crítica ao MPL por conta do ato de vandalismo, salientando que: “Depredar sedes de partidos de história popular, progressista, de esquerda, sempre foi ação de fascistas” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 63).

Na quarta-feira, dia 12, a repressão policial aos protestos está praticamente ausente nas reportagens da imprensa tradicional. A narrativa dominante nos principais veículos da imprensa, é de que os protestos foram fruto da ação de vândalos e criminosos. Na *Folha de S. Paulo* a manchete era “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 68). Uma declaração dada por Arnaldo Jabor, comentarista da rádio *CBN* e do *Jornal da Globo*, se tornou emblemática, e pode ser considerada um comentário que elucida o posicionamento da mídia de maneira geral.

Jabor⁴¹ comparou a atuação dos manifestantes do MPL-SP ao PCC - maior facção criminosa da cidade - e afirmou que os envolvidos nos protestos “são filhos de classe média, isso é visível”. “Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não. Os mais pobres ali, eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis *molotov*, que ganham muito mal”. Para ele, os protestos são uma “burrice misturada a um rancor sem rumo”. Argumentou que falta “causa” aos manifestantes e questionou: “Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37?”. Finalizou enfatizando que “Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50, que a velha esquerda ainda defende aqui! Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem vinte centavos.”

O *G1* (2013a), afirma que Alckmin se pronunciou em 12 de junho de 2013. Quando perguntado sobre os recentes protestos na cidade de São Paulo, Alckmin afirmou que ocupar vias importantes para a circulação dentro da cidade ele considerava vandalismo, que os protestos restringiam o direito de ir e vir da população e que cabia à polícia o dever de garantir a segurança das pessoas. Em suas palavras: “Há de se responsabilizar a destruição do patrimônio público, porque é patrimônio coletivo”, e sobre a ação dos manifestantes “extrapola o direito de expressão, isso é absoluta violência, vandalismo, baderna e é inaceitável” (G1, 2013a). O prefeito da cidade, Fernando Haddad, também se manifestou, confirma o G1⁴²

41 Transcrição feita a partir da gravação da exibição do programa, realizada pelo Núcleo de Estudos de Violência e Comunicação (NevCom) da UFF. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/>. Acesso dia 03 de dezembro de 2019

42 Protestos em São Paulo. Não vou dialogar em situação de violência. Haddad. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>. Acesso em 11/12/2020

(2013b). Em entrevista à rádio *CBN* disse que não vai dialogar com o movimento “em uma situação de violência”: “Eu disse e repito que não vou dialogar em uma situação de violência, falei várias vezes. A renúncia à violência é pressuposto ao diálogo. A prefeitura dialoga com todos os movimentos sociais, não tem preconceito” (G1, 2013b).

Já na internet, o debate sobre as manifestações segue uma outra lógica: a crítica à repressão policial aparece com maior relevância. Judensnaider et al. (2013, p. 65) declaram que “Nas redes sociais, manifestantes agredidos relatam a experiência do dia anterior, na qual se misturam a indignação com a violência sofrida e a satisfação com a solidariedade da população”.

Na câmara dos vereadores da cidade de São Paulo, a maioria dos discursos também condenam as manifestações e as depredações ocorridas na noite anterior. Judensnaider et al. (2013) anunciam que entre os vereadores que fizeram pronunciamentos críticos às manifestações e a ação dos manifestantes estão Andréa Matarazzo (PSDB), Orlando Silva (PCdoB), Orlando Tatto (PT), Conte Lopes (PTB) e Coronel Telhada (PSDB) que criticam a não utilização da tropa de choque na manifestação do dia anterior (10) e defendem uma ação mais autoritária dos agentes de segurança. Alfredeinho (PT) e Toninho Vespoli (PSOL) propõem uma distinção entre manifestantes pacíficos e baderneiros, e defendem a legitimidade do MPL enquanto movimento social não violento. O vereador Vespoli, segundo os autores, sugere a realização de uma audiência pública para discutir os custos do transporte público.

Judensnaider et al. (2013) ainda atestam que pela primeira vez as manifestações também são palco de debate no Senado Federal e que o senador por São Paulo, Eduardo Suplicy (PT), fez pronunciamento lamentando a violência nos protestos e pedindo uma atuação não violenta por parte dos manifestantes, inspirada na luta de Martin Luther King e Gandhi; que Aloysio Nunes, senador pelo PSDB, fez uma dura crítica ao movimento e aos manifestantes, afirmando que os manifestantes são “baderneiros” que “usam da violência como tática de luta” e que “não querem a melhoria do transporte público, inclusive porque não o utilizam” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 74).

Na tarde do dia 12, o MPL participou de uma reunião convocada pela promotoria pública. Elena Judensnaider et al. (2013) descrevem o decorrer do encontro:

Ainda à tarde, o movimento participa, com representantes do PSOL e do sindicato dos metroviários, de uma reunião convocada pela promotoria pública representantes dos governos estadual e municipal, com o objetivo de estabelecer uma mediação entre o MPL e o poder público. Os governos entendem que uma mediação da justiça poderia levar a uma situação perigosa, como a de Goiânia ou a de Porto Alegre, nas quais decisões judiciais forçaram as prefeituras a reverter o aumento das passagens. Por esse motivo, tentam

esvaziar o espaço de negociação enviando não gestores, mas técnicos das pastas de transporte como seus representantes. A proposta inicial da promotoria é de que o MPL suspenda as manifestações, proposta que é recusada pelo movimento por não haver contrapartida a do poder público. O movimento exige a criação de um espaço formal de negociação da revogação do aumento, ao mesmo tempo que se compromete a suspender os protestos caso haja revogação temporária. A promotoria propõe como solução ao conflito que prefeitura e governo revoguem por 45 dias o aumento das passagens para que se façam negociações e estudos técnicos enquanto o movimento suspende as manifestações. O movimento aceita de imediato a proposta, mas os técnicos do governo não têm autonomia política para fechar a negociação. De início, a imprensa eletrônica dá grande destaque à medida, apontada como uma saída razoável e imediata para lidar com o impasse. Em seguida, apura que nem o governo do Estado nem a prefeitura estão dispostos a aceitar a revogação temporária do aumento. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 80)

No início da quinta-feira, dia 13 de junho, na expectativa do Quarto Grande Ato Contra o Aumento da Tarifa, os grandes jornais do país pedem uma atuação ainda mais incisiva por parte da Polícia Militar. No *Estado de S. Paulo*⁴³, o editorial pede maior rigor da ação policial e enaltece o endurecimento por parte das autoridades e a representação dos protestos como atos de violência fútil e descontrole é veiculada para reivindicar mais repressão por parte do poder público. A *Folha de S. Paulo*⁴⁴, no mesmo sentido, pede em seu editorial a retomada da Paulista, trata os manifestantes de forma depreciativa, deslegitimando suas reivindicações e indicando a necessidade de uma atuação severa da polícia militar para colocar um ponto final nas manifestações.

Ainda na Folha, PM promete ser mais dura contra protestos: “Hoje, às 17h, uma nova manifestação está marcada na região central e a polícia promete ser mais dura para reprimir “vandalismos” e que “não irá relevar nem os atos isolados de depredação” (JUDENSNAIDER p. 89). O governador do Estado, Geraldo Alckmin, por meio de sua conta no Twitter, reforça seus posicionamentos do dia anterior, criticando os manifestantes e suas táticas e métodos: “@geraldoalckmin_: Depredação, violência e obstrução de vias públicas não são aceitáveis. O Governo de São Paulo não vai tolerar vandalismo.” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 90).

Enquanto isso, o prefeito da cidade, Fernando Haddad, participou de uma conferência de imprensa um pouco antes do início das manifestações, onde manteve o tom de suas declarações anteriores, segundo Judensnaider et al. (2013, p.93):

Considero legítima toda e qualquer forma de manifestação e expressão. O que a cidade repudia é a violência. São Paulo está acostumada às manifestações.

43 Informação retirada de Judensnaider et al. (2013, p. 83)

44 Folha de S. Paulo. Editorial: Retomar a Paulista. 13 junho 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml> Acesso 13/04/2021

O que a cidade não aceita é a forma violenta de se manifestar e se expressar. Com isso não compactuamos. A renúncia a violência é o pressuposto de diálogo. (...) Vou repetir para deixar bastante claro. Não pretendo (revogar o aumento), porque o esforço que foi feito ao longo do ano para que o reajuste da tarifa fosse muito abaixo da inflação foi enorme. E ele (aumento) vai significar investir mais de R\$ 600 milhões em subsídios.

Apesar da insistência das grandes mídias e do poder público em desvalorizar os protestos, a partir do dia 13 de junho as manifestações já começavam a proliferar pelo Brasil. Além da manifestação de São Paulo, que contou com a participação de 20000 (vinte mil) pessoas segundo o MPL e 5000 (cinco mil) segundo a PM, pelo menos outras 5 manifestações ocorreram em importantes cidades brasileiras, como noticiado pela Empresa Brasil Comunicações, em 13/06/2013⁴⁵. As redes sociais, que já traziam a cobertura completa dos protestos pelos olhos dos manifestantes, denunciavam por meio do compartilhamento massivo de imagens, vídeos e relatos, os excessos cometidos pelos policiais. Além de manifestantes e pessoas influentes nas redes, canais da mídia alternativa e independentes, tais como a Mídia Ninja, que transmitia ao vivo as manifestações, eram parte importante da divulgação desses pontos de vista.

Organizações internacionais de direitos humanos começaram a se manifestar, pedindo respeito ao direito de manifestação e condenando a repressão policial. Entre as entidades que se posicionaram no dia 13, estão a “Anistia Internacional” e a organização “Repórteres Sem Fronteiras” (JUDENSNAIDER et al., 2013).

Na *Folha de S. Paulo*, é publicado um artigo pelo Movimento Passe Livre em defesa das manifestações e buscando legitimar a pauta dos protestos. Nela, o MPL chamou atenção para o forte impacto do aumento da tarifa às finanças do cidadão:

Por que estamos nas ruas
Calcula-se que são 37 milhões de brasileiros excluídos do sistema de transporte por não ter como pagar. Esse número, já defasado, não surgiu do nada: de 20 em 20 centavos, o transporte se tornou, de acordo com o IBGE, o terceiro maior gasto da família brasileira, retirando da população o direito de se locomover. (...) O impacto violento do aumento no bolso da população faz as manifestações extrapolarem os limites do próprio movimento (MPL). E as ações da polícia militar, acirrando os ânimos e provocando os manifestantes, levaram os protestos a se transformarem em uma revolta popular. O prefeito Fernando Haddad, direto de Paris, ao lado do governador Geraldo Alckmin, exige que o movimento assuma uma responsabilidade que não nos cabe. Não

45 Passe Livre: seis cidades têm protestos contra o preço da passagem nesta quinta. Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 13 de junho de 2013. Disponível em <<http://www.etc.com.br/cidadania/2013/06/seis-cidades-tem-protestos-contr-preco-da-passagem-nesta-quinta>> Acesso 28 de novembro de 2019. Acesso em 29 de novembro de 2019.

somos nós os que assinamos os contratos e determinamos os custos do transporte repassados aos mais pobres. Não somos nós que afirmamos que o aumento está abaixo da inflação sem considerar que, de 1994 para cá, com uma inflação acumulada em 332%, a tarifa deveria custar R\$ 2,16 e o metrô R\$ 2,59. Além disso, perguntamos: e os salários da maior parte da população, acompanharam a inflação? A discrepância entre o custo do sistema e o quanto, como e quando se cobre por ele evidenciam que as decisões devem estar no campo político, não técnico. É uma questão de escolha, se nossa sociedade decidir que sim, o transporte é um direito e deve estar disponível a todos, sem distinção ou tarifa, então ela achará meios para tal. (...) A demanda popular imediata é a revogação do aumento, e é nesses termos que qualquer diálogo deve ser estabelecido. A população já conquistou a revogação do aumento da tarifa em Natal, Porto Alegre e Goiânia. Falta São Paulo” (JUDENSNAIDER et al., 2013, pag. 88)

Para o dia 13 de junho estava marcado o Quarto Grande Ato Contra o Aumento das Tarifas e a manifestação se concentrou em frente ao Teatro Municipal a partir das 17 horas e desde o início da concentração o clima foi de tensão. Mesmo antes do começo da manifestação, mais de 40 pessoas foram presas pelo porte de vinagre, que é usado para aliviar os efeitos das bombas de gás e de efeito moral. Com mais de 20 mil participantes, o ato saiu do Teatro Municipal e passou pela Praça da República, no qual o movimento foi em direção à Praça Roosevelt, local que encontrou com uma barreira policial e se subdividiu em dois grupos: uma parte dos manifestantes seguiu para a Av. Paulista, pela Rua Augusta; outra parte foi pela Rua da Consolação. Ao se depararem com a barreira policial, o MPL tentou ligar para o comandante da operação policial, como combinado anteriormente, e não conseguiu. Neste momento, aconteceram os primeiros grandes conflitos entre manifestantes e policiais. A tropa de choque avança sob os manifestantes, na tentativa de dispersar o protesto, e a região torna-se praça de guerra: manifestantes são perseguidos e alvejados com balas de borracha e bombas de concussão, as quais atingem também jornalistas que cobriam os protestos, e cidadãos (não relacionados aos protestos) que lá estavam (JUDENSNAIDER et al., 2013). Segue o relato de uma manifestante não identificada, dado à *Vice News* (2013):

Quando o ato chegou aqui na Consolação a polícia simplesmente atacou as pessoas. É muita covardia, muita covardia mesmo, não tinha motivo. Na hora que eles chegaram aqui, eles encurralaram a gente, o cara já veio com uma arma em punho, dizendo: “cala a boca caralho, cala a boca, cala a boca”. [...] Não tem motivo, não precisava disso. É desesperador. [...] to com medo de sair daqui e alguém me pegar

O “mapa da manifestação”⁴⁶ disponibilizado pelo *G1*, aponta pelo menos 10 locais diferentes naquela região central onde aconteceram conflitos entre manifestantes e policiais.

46 G1. Manifestações junho de 2013. São Paulo. Linha do Tempo. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/2013/06/>. Acesso 02/04/2021

Gohn (2015, p. 28) também reitera: “Não havia mediadores, eram os manifestantes de um lado e a polícia de outro. Sem diálogo, a violência imperou, foi a única linguagem a se explicitar”.

Nessa mesma perspectiva, Gohn (2015) diz que o protesto foi marcado pela maior repressão policial registrada até então. As cenas de guerra experienciadas no ato, gravadas por câmeras da imprensa e celulares de manifestantes, evidenciaram ao Brasil e ao mundo o despreparo da Polícia Militar e dos governantes responsáveis para lidar com os manifestantes. A polícia militar e os órgãos repressores do Estado trataram todos como inimigos. Houve centenas de feridos, 192 prisões e muita indignação. Sete jornalistas da *Folha de São Paulo* ficaram feridos, uma repórter foi atingida por uma bala de borracha no olho. Diferentemente do que vinha acontecendo até então, a repressão policial desmedida que já vinha sendo exposta nas redes sociais, foi agora noticiada por toda a imprensa e meios de comunicação.

Com o aumento no número de manifestantes e da visibilidade dos protestos, diferentes grupos sociais, com diferentes comunidades de interesses, passaram a participar das manifestações. Segundo Gohn, “a partir do 4º ato se pode observar melhor o que foi denominado como as “tribos” que compunham o núcleo permanente das manifestações.” (2015, p. 28). Nos cartazes, nas canções, gritos e ações dos manifestantes, já era possível perceber uma pequena ampliação da pauta dos protestos. O foco não era mais somente “contra os aumentos na tarifa do transporte”, mas também contra a violência policial e pelo direito à livre manifestação. Assim, Caio Martins, um militante do MPL declara que: “Hoje tentaram botar o maior terror na gente [...] Eu nunca vi tanta gente na rua. De fato, aquilo que começou como uma manifestação do Movimento Passe Livre [...] se transformou em uma revolta popular” (Entrevista à *Vice News*, 2013).

O prefeito da cidade, Fernando Haddad, deu uma declaração no final da noite sobre a escalada da violência nos protestos, que marcou o tom da opinião pública e da cobertura midiática dali em diante. A nota foi publicada no site da prefeitura: “Na terça-feira a imagem que ficou foi a da violência dos manifestantes. Infelizmente, hoje não resta dúvida de que a imagem que ficou foi a de violência policial.” (JUDENSNAIDER et al., pág. 103)

A repressão policial como solução para o impasse não podia mais ser defendida. Tanto o poder público, quanto os meios de comunicação, a partir das manifestações do dia 13 de junho, optaram, ou, foram obrigados a rever seus posicionamentos. As manifestações, neste momento, possuíam uma grande aprovação popular e aumentava a pressão popular sobre os governantes e poderosos.

Um ótimo exemplo do apoio popular aos manifestantes ocorreu no dia 13, durante o decorrer dos protestos, ao vivo, no programa de TV “*Brasil Urgente*” – jornal televisivo focado

no tema da segurança pública e notavelmente conservador-, apresentado por José Luiz Datena⁴⁷, como descrito por Viana (2013). Resumidamente, o apresentador discorria sobre os protestos e a atuação violenta daqueles que se manifestavam e, de forma esbravejada, sugeriu à produção do programa que questionasse o público com a seguinte pergunta: “Você é a favor desse tipo de protesto?”. Quando se deu conta que a grande maioria de seus espectadores estava respondendo “sim” à pergunta feita, Datena incrédulo indagou: “Será que formulamos mal a pergunta?”, e pediu para que fosse refeita a pesquisa, agora, com a seguinte formulação: “Você é a favor de protesto com baderna?”. Novamente o resultado favorável aos protestos prevaleceu, e então o apresentador concluiu:

Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...] fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. A palavra ‘protesto’ poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento de passagem. (VIANA, 2013, p. 54)

Esse primeiro momento de mobilizações, aparece como o início de um processo de articulação de forças sociais. As mobilizações, já em seu início contam com uma intensa participação popular, o que lhes permite ocupar vias importantes para a mobilidade urbana de São Paulo, paralisando o trânsito e gerando impacto direto na vida da população. Num primeiro momento, o crescimento no número de manifestantes nos protestos reflete a capacidade do movimento e das mobilizações em aglutinar o público que compadece com a pauta dos transportes, que acha inaceitável o aumento no preço da tarifa. Juntamente ao número de manifestantes, cresce a violência policial nos protestos. O processo culmina nos acontecimentos do dia 13, quando, a repressão brutal do Estado a manifestantes e jornalistas, modificam drasticamente as mobilizações. O crescimento abrupto das manifestações que ocorre a partir do dia 13 de junho, é fruto da adesão de novos públicos aos protestos. Estes novos públicos, adentravam no processo de mobilizações não por conta do tema dos transportes, mas sobretudo, por conta de uma insatisfação gerada pela repressão descabida à manifestantes, e aos desdobramentos de tais ações.

3.2 DE 14 A 19 DE JUNHO

47 Datena surpreendido em pesquisa. Passe Livre. 13/06/13. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso: 02/04/2021

Quando a repressão policial atingiu seu ápice, no dia 13 de junho, ocorreu uma explosão na magnitude dos protestos. A tática escolhida pelos governantes teve um resultado desastroso, pelo menos para eles. A ação repressiva a milhares de manifestantes e jornalistas no principal centro urbano do país acabou por “nacionalizar o movimento”, adicionando às manifestações mais uma pauta poderosa: o direito à livre manifestação. Para piorar a situação dos representantes, o Brasil estava sob observação internacional. Às vésperas do país sediar a Copa das Confederações, e, com pouco tempo para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas, as atenções estavam voltadas para o país, que virou um alvo fácil para críticas no cenário internacional.

Com a mudança na magnitude dos protestos, muda também a pressão popular em que todos os agentes envolvidos são convidados a se reposicionar. A partir do dia 13 de junho se dá início a um segundo momento nas manifestações, marcado pela transição nos posicionamentos e narrativas dos envolvidos.

Entre os dias 14 e 16 não houve grandes atos convocados pelo MPL-SP para a cidade de São Paulo, mas proliferavam manifestações ao redor do Brasil. Dada a resposta do público, a cobertura dos protestos não poderia continuar no mesmo viés crítico que vinha sendo apresentado até então. Os meios de comunicação estavam em um terreno desconhecido, não estavam certos de qual posicionamento deveriam tomar, e de qual narrativa agradaria seu público. Nos dias 14, 15 e 16, as publicações das mídias tradicionais passaram a medir a temperatura da opinião popular, procurando um novo posicionamento que pudessem apresentar a seu público.

De forma generalizada, a mídia deixa de questionar a legitimidade dos protestos – se devem ou não ocorrer –, e passa a disputar o motivo, as pautas e reivindicações das manifestações. Continuam a influenciar a opinião pública a partir de uma nova abordagem. Agora, com novas pautas e reivindicações, apresentando ao seu público (seus) motivos para protestarem.

Na data que estava marcado o próximo grande ato contra o aumento das passagens dos transportes, 17/06/2013, Jabor, logo pela manhã, em seu comentário sobre política na *CBN*, admitiu: “Amigos ouvintes, no outro dia, eu errei. Sim, errei na avaliação do primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo”. Sobre os jovens de classe média que não precisavam dos 20 centavos da passagem, ele afirmou que “era muito mais que isso”. Ainda afirmou que na quinta-feira, com a violência maior da polícia, ficou claro para ele que “o Movimento Passe Livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 92, faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram um presidente”,

e finalizou seu comentário associando suas pautas às manifestações: “Tudo está parado. E esta oportunidade não pode ser perdida. [...] Há que se deter em fatos singulares e exemplares, como por exemplo, a terrível ameaça da PEC 37”.⁴⁸ Sobre o comentário de Jabor, Judensnaider et al concluem:

Apesar de aparentemente defender o movimento, a declaração tenta descaracterizá-lo, ampliando-o para além de seus objetivos e identificando-o como “sem-rumo” – afirmação colocada, aliás, como algo positivo. Com essa abordagem, o comentarista indica a dispersão da pauta reivindicada, passando da oposição completa ao aumento da tarifa e da centralidade da questão do transporte público para uma infinidade de questões amplas e vagas, como as condições de vida da população, as questões ecológicas, uma insatisfação generalizada em relação à política e, especialmente, a corrupção. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 153)

Judensnaider et al. nos mostra ainda as modificações nos posicionamentos, tanto do governo do Estado, como da Prefeitura. Cita como exemplo, a fala do Secretário de Segurança Pública que disse:

Não vai haver necessidade de usar setores como esse (tropa de choque); temos certeza, a convicção de que a manifestação ocorrerá de maneira pacífica. (...) Os paulistanos, mesmo os que não participaram do movimento, não querem que se repitam os fatos”. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 156)

Ainda pela manhã do dia 17, o MPL participou de duas reuniões: com o governo do Estado e com o secretário do governo municipal. A reunião com o governo do Estado foi na sede da Secretaria de Segurança do Estado com a participação do Ministério Público, da Polícia Federal, de representantes da Igreja Católica, de movimentos sociais e do MPL. A reunião durou cerca de duas horas e o objetivo do governo pareceu ser a negociação do trajeto da manifestação, segundo se observa:

A reunião acontece na manhã de segunda-feira e os integrantes do Passe Livre se recusam a definir previamente o trajeto, afirmando ser uma decisão política e estratégica que cabe ao movimento. Além disso, indicam que o diálogo do Estado com o movimento deveria ser feito pela pasta dos transportes, já que não se trata de uma questão de segurança pública e sim de uma reivindicação do movimento social. Ainda assim, a reunião ocorre sem grandes tensões e se limita a acertar compromissos para evitar a violência. No intuito de dar um sentido pacifista ao ato dessa segunda-feira, o secretário sugere que os manifestantes vão sem máscaras e se possível de branco, ao que os militantes do MPL sorriem. A tônica de apoio ao movimento prevalece na reunião, sobretudo por parte dos representantes da Igreja. Um coronel da PM lembra orgulhosamente que seu filho vai aos atos. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 158)

48 Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm> _ Acesso dia 03 de dezembro de 2019

Ao final da reunião o secretário garantiu, sobre a violência nos protestos, que não haveria repressão por parte da Polícia Militar e que iriam apurar o que aconteceu nas manifestações anteriores. Afirmou que não haveria restrição de local para a realização do protesto e ainda enfatizou: “Não queremos mais ver o que aconteceu na semana passada” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 158).

O encontro com a prefeitura (inicialmente seria realizado apenas com um secretário) contou com a presença do prefeito Fernando Haddad, e tinha o intuito de preparar a reunião do Conselho da Cidade, marcada para o dia seguinte. Depois da reunião com o prefeito, o MPL publicou a seguinte nota:

Os aumentos de tarifa não se tratam de uma questão técnica, mas política, como provam os diversos lugares em que a pressão popular conseguiu revertê-los. Mesmo com a presença surpresa do prefeito, essa conversa não tinha o poder de negociar a revogação do aumento. O MPL vem a público reforçar a necessidade de estabelecer um espaço de negociação sobre a pauta única das manifestações – a revogação do aumento. (JUDENSNAIDER et al., 2013, pág. 159 – 160)

O MPL se mobilizou durante todo o dia 17 de forma organizada e intensa para justificar a relevância de sua pauta. Naquele momento, mais que nunca, centralizada na revogação do aumento da tarifa dos transportes. Quase não falavam em passe livre, em autogestão, em ação direta. Esse ímpeto de defesa da pauta se faz presente em quase todos os posicionamentos públicos dados por militantes no decorrer do dia. Por exemplo: (1) na coletiva de imprensa, realizada no Sindicato dos Jornalistas: “O objetivo dessas manifestações, dessa luta, desde que ela começou, é a revogação do aumento da tarifa, independente da amplitude que os atos tomaram, por diversas razões” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 160); (2) na entrevista concedida ao jornal *Brasil de Fato*, quando colocam o direito à livre manifestação como subalternos a pauta da revogação do aumento no preço da tarifa: “A indignação contra a repressão policial é uma indignação com a repressão contra a luta das tarifas. No centro de tudo isso estão os 20 centavos, que não deixam de ser a pauta única e a mobilização como um todo. A pauta central permanece sendo os 20 centavos” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 160); (3) na sabatina concedida ao *Roda Viva* (17/06/13), veiculado pela *TV Cultura*: “A reivindicação das manifestações é bem clara [...] contra o aumento nas tarifas de ônibus. Então, o próximo passo agora cabe à prefeitura e ao governo do estado dar. Que é: revogar o aumento de 20 centavos, e voltar o valor das tarifas pra três reais (MPL-SP, 2013b)”.

Durante o programa de TV, o MPL-SP é enfático ao argumentar que as mobilizações se dão por conta do aumento da passagem e não por outros motivos. Dentro da narrativa que propõe o movimento, o aumento é inaceitável para a população, que está mobilizada nas ruas

para revogar o decreto. Portanto, concebem toda a responsabilidade das manifestações como de exclusividade do poder público, daqueles com poder para fazer o reajuste da passagem. Para eles, “Não é esse o transporte que as pessoas querem. Isso restringe o direito das pessoas de circular pela cidade. Então, se a prefeitura e o Governo do Estado estão intransigentes, e eles tem se mostrado intransigentes, as manifestações continuam” (MPL-SP, 2013b). Neste sentido, também ressaltam que a crescente violência dentro dos protestos foi incentivada por Geraldo Alckmin, citando a fala do governador que dizia: “A polícia precisa ser mais dura com os manifestantes”. Argumentaram ainda, que o prefeito e o governador já tinham sentido a pressão popular, e que demonstravam mudanças de posicionamento na negociação com o movimento e (abertos?) à possibilidade da revogação do aumento da passagem. Sobre sua capacidade de gerência para com as manifestações, salientam (MPL-SP, 2013b) que o movimento virou revolta popular, que possuem controle sobre a multidão apenas em momentos de manifestação pacífica, que o descontrole da manifestação tem início com a repressão policial. A mensagem que o MPL-SP deseja passar é clara: “Estamos dispostos a negociar a revogação do aumento da tarifa pra três reais, apenas isso[...] A gente vai continuar nas ruas até que eles revoguem” (MPL-SP, 2013b).

É diante de um cenário amplo de apoio popular e de divulgação em massa, que se constrói o Quinto Grande Ato Contra o Aumento das Tarifas, no dia 17. O evento organizado a partir do Facebook, agendado pelo MPL-SP, contava com cerca de 215 mil participações. Segundo Judensnaider et al., (2013, p. 162) “a ampliação do apoio nas redes sociais corresponde ao crescimento de manifestantes na rua”. A concentração dos manifestantes aconteceu no Largo da Batata e o *DataFolha*⁴⁹ calculou a participação de 65 mil pessoas no evento. Para quem havia acompanhado o processo das manifestações desde seu início, era nítido que o aumento no número de participantes se dava pela participação de diferentes grupos sociais. Segundo a repórter da *Vice News*, que cobriu as manifestações:

Do primeiro protesto pra cá, a gente percebe que o público é bem diferente. Se antes, eram só estudantes e ativistas, hoje, tem muita gente que saiu mais cedo do trabalho pra vir aqui, tem muita gente engravatada, gente de todos os perfis.

49 Largo da Batata reuniu 65 mil, a maioria novatos na onda de protestos. Datafolha instituto de pesquisa. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml> Acesso 13/04/2021

O ato tem início próximo às 18 horas e logo manifestantes se dividem em dois grandes grupos, que seguem trajetórias diferentes pelo centro da cidade. Diferentemente de todas as outras ocasiões, quase não há conflitos entre manifestantes e policiais. O único momento de maior tensão entre eles se dá na chegada de um dos grupos de manifestantes ao Palácio dos Bandeirantes, onde tentam invadir a sede do governo estadual forçando a porta de entrada.

Com grupos sociais muito diversos participando da manifestação em São Paulo, conflitos começam a acontecer entre grupos de manifestantes. Episódio que já havia ocorrido em outras cidades. A preocupação em seguir a pauta da revogação do aumento das tarifas, tão defendida pelo MPL, ecoava apenas em uma parte dos manifestantes. A sensação geral era de que a pauta estava sendo engolida. André Singer consegue reproduzir a expansão das reivindicações através da apresentação de cartazes dos manifestantes:

[...]Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação", "Queremos hospitais padrão Fifa", "O gigante acordou", "Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão", "Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação", "Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio", "Todos contra a corrupção", "Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição", "Fora Alckmin", "Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar", foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas (SINGER, 2013, p. 25, grifos do autor)

Um dos manifestantes que retirou as pichações da porta do Banco Santander concedeu uma entrevista à repórter da *Vice News* (2013): “Tô aqui lutando por um país melhor, entendeu? Isso daqui é vandalismo a gente não pode lutar pelos nossos direitos destruindo a propriedade alheia”. Um relato exposto por André Singer, em seu artigo “*Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas*” conta uma situação parecida: “Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de “passe livre já” por meio do “pula catraca”, jovens de classe média gritavam para eles: “sem vandalismo, sem vandalismo”. Depreende-se do relato que os dois grupos chegaram às vias de fato (SINGER, 2013, p. 39, grifos do autor).

Parte da manifestação, insatisfeita, passa a se colocar contrária à participação de qualquer partido político em meio às manifestações. Bandeiras de partidos e de movimentos parceiros, como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) são tomadas à força e nelas é ateadado fogo; diversos grupos passam a travar literais batalhas em meio aos protestos.

Segundo pesquisa do *Datafolha*⁵⁰ realizada durante o protesto do dia 17, a maioria dos manifestantes tinha entre 26 e 35 anos, 71% dos manifestantes participavam pela primeira vez em manifestações populares e 81% afirmaram terem sido convocados pelo Facebook.

No dia 18 a cobertura midiática apontava diretamente para a dispersão da pauta e o *Estado de S. Paulo* divulgou uma transformação na reivindicação dos manifestantes. A manchete da *Folha de S. Paulo* era “Milhares vão às ruas "contra tudo” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 176). Ao longo da matéria sugerem as novas pautas: “Dilma, Alckmin, Haddad, Cabral, Sarney, Feliciano, partidos políticos, corrupção, polícia, violência, saúde, educação, cotas, inflação imprensa, Fifa, Copa do Mundo e, é claro, transporte público” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 177). A distinção entre manifestantes pacíficos e vândalos também aparece com notoriedade. As manifestações passam a ser manchete de jornais ao redor do mundo, destacam-se: *New York Times*; *Le Monde*; *El País*; *The Guardian*; *BBC*. (JUDENSNAIDER et al., 2013)

Acontece também no dia 18 a reunião do Conselho da Cidade, entre a prefeitura e o MPL. Haddad, pela primeira vez desde o início das mobilizações, assume a revogação do aumento como uma possibilidade, mas reitera que é contra tal medida, que causaria desconforto nas finanças da prefeitura. Segundo Judensnaider et al. (2013, p. 187), após o encontro, o MPL-SP divulga uma nota:

Hoje, no Conselho da Cidade, o prefeito Fernando Haddad se comprometeu com o MPL a marcar ainda essa semana uma reunião cuja pauta única é a revogação da tarifa. Não aceitaremos nada menos que a queda dos 20 centavos. Mesmo assim, o prefeito insiste em dizer que baixar a tarifa é tirar dinheiro da educação e saúde. Isso não é verdade. Basta diminuir o enorme lucro dos empresários. [...] Os atos convocados pelo Movimento Passe Livre de São Paulo continuarão a ter reivindicação central muito clara e concreta: a revogação imediata do aumento! (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 187)

Pela primeira vez, a presidenta Dilma Rousseff se pronunciou sobre a onda de protestos, reverenciando as manifestações populares e seu caráter democrático. Dilma afirmou sobre o processo de mobilizações: “Os que foram ontem às ruas deram uma mensagem direta ao conjunto da sociedade, sobretudo aos governantes de toda instância [...] por mais cidadania, por melhores escolas, melhores hospitais, postos de saúde, pelo direito à participação[...]” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 189). Dilma também cita a questão dos transportes e da corrupção como reivindicação das manifestações, deixando claro em seu posicionamento, que entende como motivo dos protestos uma multiplicidade de pautas.

Para o final do dia 18 de junho, estava marcado o Sexto Grande Ato Contra o Aumento das Tarifas em São Paulo. A concentração ocorreu na Praça da Sé, na região central da cidade. Antes mesmo de ter início, a manifestação se dividiu em diferentes grupos: o MPL planejou um trajeto que iria da Praça da Sé ao Terminal Parque Dom Pedro; um grupo menor se dirigiu à prefeitura da cidade; um terceiro grupo foi em direção à Avenida Paulista.

O clima das manifestações era antagônico. A Avenida Paulista estava novamente tomada, agora sobretudo, por manifestantes vestidos de verde-amarelo em clima de festa. Em frente à prefeitura o cenário era outro: labaredas de fogo tomavam um carro da *Rede Record de televisão*, lojas saqueadas e bancos destruídos marcavam a paisagem do centro da cidade. Funcionários da prefeitura comunicam a Polícia Militar sobre o descontrole em frente ao prédio, e estranhamente, a polícia demora horas até aparecer. Judensnaider et al. (2013) sugerem em seu livro, *Vinte centavos: a luta contra o aumento*, que a corporação se sentia traída pelo poder público, que havia exigido a repressão às manifestações, e que após o enfrentamento havia colocado a “culpa” na corporação. O MPL não assumiu responsabilidade pelos atos de violência ao redor da prefeitura e disse que agiu para retirar manifestantes daquele local.

No dia em que a tarifa baixou, 19 de junho, nenhuma das manifestações que ocorriam haviam sido convocadas pelo MPL. O próximo dia de protestos em São Paulo estava marcado para o dia 20 de junho. O MPL decidiu manter a realização da manifestação como uma celebração de sua vitória e da redução do aumento nas passagens.

O segundo momento das mobilizações é marcado pela mudança na magnitude dos protestos. Iniciado a partir do dia 14 de junho, como reflexo da repressão policial descabida do dia anterior, o público se amplia, diversos grupos sociais se mobilizam ao longo do território nacional. Com o crescimento no número de manifestantes e manifestações, cresce também o número de reivindicações da população. De forma generalizada, a classe política passou a sofrer uma intensa pressão popular, inclusive nas escalas municipais e regionais. Os diferentes grupos sociais mobilizados, cada qual com seus interesses, protagonizam uma disputa pelos possíveis ganhos políticos dos protestos. Os políticos, pressionados, são obrigados a se posicionar, e, em muitos municípios passam a ceder as reivindicações relacionadas ao transporte, num desenvolvimento responsável por abaixar o preço da tarifa no transporte público em diversas cidades do país. De todo o processo descrito, há pelo menos quatro fatos importantes a ressaltar: (1) as manifestações começam com uma demanda única, à frente delas está um movimento social de novíssima estrutura, que pauta a participação moral da população (que as pessoas participem do processo reivindicatório à sua maneira); (2) a multidão dos protestos se amplia e, na mesma medida, a luta social incorpora novas reivindicações. O novíssimo movimento

perde controle das manifestações, essa incapacidade se confirma tanto na depredação da sede do PT na manifestação do dia 13, quanto nos conflitos entre manifestantes que passam a ocorrer a partir da mesma data; (3) com a ampliação do público nas mobilizações, o MPL-SP assume que perdeu o controle, passa a tratar o processo como uma revolta popular. Ao mesmo tempo, faz uma defesa enfática de que o motivo da revolta é, primordialmente, o aumento no preço da tarifa dos transportes, que a revogação das medidas traria fim aos protestos; (4) com a revogação do aumento, o MPL-SP se retira das manifestações em uma posição ambígua, já que por um lado, celebra uma vitória com a revogação do aumento e, por outro, percebe que as ruas estão tomadas por grupos com os quais o movimento não consegue mais ter identidade.

4 CAMINHOS FINAIS

Neste capítulo, realizamos uma pequena análise da atuação do Movimento Passe Livre em São Paulo entre os dias 6 e 19 de junho de 2013, apresentando um possível diálogo com os conceitos elaborados por Edward P. Thompson.

4.1 CONTRIBUIÇÕES DE EDWARD P. THOMPSON

O tema do transporte público é uma reivindicação histórica no Brasil, reconhecida por aglutinar multidões. Grandes protestos acerca do tema acontecem em diferentes localidades do país, pelo menos desde 1881, porém, os conflitos vêm se intensificando à medida do crescimento das cidades e da mercantilização da vida urbana. Normalmente, são mobilizações com grande participação popular, que geram conflito com o poder público, e que utilizam de estratégias de ação direta (radicais, violentas). Entendemos, a partir dos conceitos de Thompson (1998), a luta pelo transporte público como um interesse compartilhado por um extenso grupo social, que se mobiliza espontaneamente da maneira que pode, para se defender, quando tem seus interesses atacados (THOMPSON, 1998).

Para Thompson (1998), comunidades de interesses só se expressam (e só podem ser analisadas) através de protestos e ações populares. Porém, são fruto de valores, regras e costumes compartilhados por indivíduos e grupos sociais, que têm origem nas experiências comuns. Thompson (1998) argumenta que, quando uma multidão se mobiliza para defender seus interesses, geralmente o fazem com base em uma noção legitimadora:

Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos na crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas do medo ou da deferência. (THOMPSON, 1998, p. 152)

Entendemos a pauta dos transportes como detentora de uma noção legitimadora, dentro dos termos propostos por Thompson (1998), porque: (1) o aumento no preço da tarifa é significativo, pois tem impacto cotidiano nas finanças e no tempo despendido pelo indivíduo, sobretudo no meio urbano; (2) o valor da tarifa define quem pode transitar pela cidade, a partir de uma distinção de renda. Em 2013, o MPL argumentava que eram 37 milhões de brasileiros que não tinham condições de pagar pelo transporte público, e que toda vez que o preço aumenta, esse número também aumenta; (3) o transporte como um direito transversal a outros. O indivíduo que não tem condições de pagar pelo transporte deixa de ter acesso a uma série de

direitos fundamentais; (4) os inúmeros protestos espontâneos e violentos realizados a partir de insatisfações relacionadas a pauta.

Deste modo, o Movimento Passe Livre- SP, atento à noção legitimadora da pauta, aproveita o momento de aumento no preço das tarifas do transporte público, quando os interesses de uma multidão são contrariados, e convoca uma série de manifestações para pressionar o poder público a revogar o decreto. As táticas de ação direta, comuns em protestos contra o aumento da tarifa, no uso de manifestantes em momentos de conflito, fazem parte da cultura política desse grupo social. A partir das diretrizes incentivadas pelo MPL-SP, as manifestações de junho de 2013 em São Paulo obstruem avenidas de importante circulação, atrapalhando a mobilidade urbana da cidade; realizam pichações, que promovem os protestos e os argumentos dos manifestantes; promovem *catrações*, fazendo com que a população utilize o transporte de maneira gratuita; incendiam ônibus, gerando prejuízo para aqueles que lucram com o sistema de mobilidade urbana vigente; vandalizam vidraças de bancos, como ação simbólica na luta contra o capital e seus detentores.

Existe um consenso popular entre os indivíduos que se manifestam, de que tais ações estão resguardadas pela noção legitimadora da pauta, ou seja, que são legítimas, desde que não comprometam o funcionamento de todo o sistema. Para Thompson (1998), os protestos de multidões se dão como uma resposta racional de grupos sociais que se sentem com poder suficiente para gerar um conflito e mudar a realidade. Nas palavras do autor (1998, p. 207): “os motins são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas por grupos que se sentem com poder para tomar os víveres quando o preço vai às alturas”.

Assim, o MPL afrontava o poder público, que respondia com uma repressão policial crescente. Os atos de violência em meio aos protestos tomaram conta do debate público. Passaram a ser publicizados, tanto para quem criticava a atuação dos manifestantes, quanto para quem se colocava contra a repressão policial.

Thompson denominou de “economia moral” (THOMPSON, 1998, p. 257) quando a cultura política, ou, a “*mentalité*” (THOMPSON, 1998, p. 204) de parcela da sociedade é, com base em uma “noção legitimadora” (THOMPSON, 1998, p. 152), instrumentalizada para a defesa dos interesses do grupo existindo em sincronicidade com o movimento no qual está inserida, dentro de uma disputa de interesses. A economia moral delimita o que é ou não aceitável, e quando os indivíduos devem agir para defender seus direitos, estabelecendo, a partir do contexto social que existem, o limite entre o diálogo e a ação. Segundo Thompson (1998), a economia moral é fruto de uma reflexão (do grupo) acerca de sua comunidade de interesses

(seus valores compartilhados) e os possíveis resultados de suas ações (positivas e negativas), consistindo na capacidade, de forças sociais de articularem e rearticularem estratégias de luta, com base no contexto que estão inseridas.

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole. Organização essa, que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade de ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre. (MPL-SP, 2013a, p. 13-14)

Entendemos que o MPL-SP se posiciona como mediador da economia moral de um amplo grupo social, direcionando a insatisfação popular para gerar ganhos sociais concretos. Atua assim, como um coletivo que organiza uma mobilização popular a partir de um descontentamento pré-existente (fruto de valores, costumes e interesses compartilhados). Na narrativa apresentada pelo MPL, a revogação do aumento das passagens apareceu, durante todo o período de mobilizações, como única reivindicação. Em diversos momentos, afirmaram que os protestos cessariam com a revogação do decreto. No período inicial das mobilizações, apareciam nos pronunciamentos do movimento, como elementos secundários no debate: a viabilidade do Passe Livre; as contradições no problema da mobilidade urbana; a ação repressiva da polícia nas manifestações; a ação direta e a autogestão como forma de pressão política; a defesa da legitimidade das mobilizações populares.

Do ponto de vista da economia moral dos protestos, essa primeira etapa das mobilizações é o momento de organização e articulação forças sociais, que neste ponto, estavam centralizadas, sobretudo, na questão do transporte público. No decorrer do processo de mobilizações, os indivíduos passam a identificar seus interesses e se aglutinam em diferentes grupos sociais, se posicionando dentro do debate público. O crescimento das manifestações, em seu primeiro período, se dá a partir da consciência de interesses comuns entre os indivíduos. Foi neste sentido que o MPL tomou a decisão de não negociar logo no começo do processo, sabiam que no decorrer das mobilizações, indivíduos e grupos sociais distintos se somariam à sua luta, gerando mais capacidade de pressão e de negociação para o movimento.

Uma das grandes apostas do movimento para aglutinar poder em si, através de indivíduos e grupos não previamente organizados, se dá nas táticas de ação direta usadas e incentivadas pelo grupo. A economia moral do MPL frente aos protestos não foge do conflito com o poder público, pelo contrário, ela o provoca. O método da ação direta, de autogestão da cidade, em que o MPL acredita, inclui diversos elementos que são vistos pelo Estado como uma ameaça. A tática escolhida pelo movimento, coloca estrategicamente os governantes numa situação de ceder, ou, reprimir. Tal estratégia é perceptível a partir de da fala de um militante do MPL-SP:

pra tirar os caras da zona de conforto deles, precisa fazer eles sentirem medo. Eles precisam ter medo da gente, porque eles fazem a gente ter medo todo dia com a Polícia Militar na rua. [...]o capital, enquanto não estiver com a corda no pescoço, não cede nada [...] nem um governo é bonzinho [...] Estado nenhum dá nada de mão beijada[...]. Se a gente não for "pras cabeça" [...] não vão dar nem 20 centavos. [...] Se o cara saqueia um saco de arroz ali, uma televisão de plasma, seja lá o que for [...] se o cara vai lá e arrebenta tudo, porque não aguenta mais ser tratado como sardinha em ônibus lotado, ter que tirar dinheiro do arroz e feijão pra pagar ônibus... Esse vandalismo (do estado) vem primeiro, ele só tá respondendo de forma digna (PRONZATO, 2014)

Em entrevista concedida à *Vice News*, no dia 6 de junho, no Primeiro Grande Ato Contra o Aumento das Tarifa, um militante do movimento afirmou que contavam com a repressão policial aos manifestantes: “A polícia fez o que a gente esperava que ela ia fazer: varrer o ato[...]”. Como afirmado por outro militante do movimento em Pronzato (2014), era de interesse do MPL que as manifestações fugissem do controle do grupo, que se tornassem uma revolta popular.

Nas experiências de Florianópolis - na Revolta das Catracas -, onde a luta contra o aumento foi vitoriosa por dois anos consecutivos (2004 e 2005), revogando o aumento da tarifa, a repressão policial foi determinante para a construção do apoio popular às manifestações. Um trecho de um artigo publicado no site Tarifazero.org⁵¹, ligado ao MPL, expõe um pouco da concepção e das experiências do movimento social:

A revolta foi estimulada de fora para dentro, por aqueles que têm o monopólio da violência e brinquedinhos capazes de realizar essa violência, contra outros que não podem fazer mais nada além de quebrar vidraças e lixeiras. Provavelmente amanhã leremos que o movimento como um todo tem como traço característica uma sede prioritária de violência. Não é verdade. Ainda que eu não caia nesse conto moralista e conservador sobre a violência. (...) Já presenciei situações em que o Estado foi não só repressor, mas cruel: nas duas vezes em que nosso movimento reduziu as passagens em Floripa. Quanto mais eles batiam, mais o movimento crescia. A indignação por conta dessa

violência superou a manipulação de informações e extrapolou os limites do alcance do movimento. Muitos vieram, não só contra a injustiça no transporte, mas contra a injustiça em relação à liberdade de lutar. Por sinal, um direito que temos apenas porque muitos se manifestaram, por vezes de forma mais intensa. (JUDENSNAIDER, et al., 2013, p. 67)

Como sabemos, o Brasil possui uma democracia recente, e, durante um longo período (não distante) estivemos sob um regime ditatorial protagonizado pelos militares, onde o direito à livre manifestação foi duramente coibido. Foi com essa noção legitimadora, amplamente compartilhada entre membros da sociedade brasileira - presente no livre direito a manifestação -, que se extinguiu a narrativa da mídia e do poder público, que questionava a legitimidade dos protestos. Se por um lado, a pauta dos transportes faz parte de uma comunidade de interesses compartilhada por uma parcela expressiva - mas não determinante para a revogação do aumento - da população. Por outro lado, o direito à livre manifestação faz parte de interesses compartilhados por uma parcela majoritária da população, capaz de gerar uma pressão popular mais intensa que a pauta dos transportes.

Encaramos estes fatos como indícios de que o MPL sabia que a repressão policial nos protestos contra o aumento da tarifa poderia ter um efeito positivo, ampliando as mobilizações e a força do movimento. Neste sentido, durante o período inicial dos protestos, o movimento fez reiteradas críticas à atuação da Polícia Militar e da Tropa de Choque, utilizando o direito à livre manifestação (o MPL usava o jargão: *contra a repressão policial aos protestos*) como estratégia na articulação da economia moral dos protestos contra o aumento da tarifa, e também, os atos de violência e depredação por parte dos manifestantes, como uma resposta à violência do Estado. Assim, em 2013, a repressão policial foi responsável por modificar a economia moral dos protestos, lançou a luta contra o aumento da tarifa ao patamar de uma luta pelo direito à livre manifestação, fazendo com que as forças sociais envolvidas, tivessem de rearticular seus posicionamentos.

Esse processo de se posicionar e reposicionar, de colocar em prática estratégias de resistência, de se opor a outros grupos de interesses, de exercer a “economia moral” de seu grupo, é determinante na construção de uma consciência de classe. Para Thompson (1987), classe social é um fenômeno histórico, que só existe e pode ser analisado no decorrer de sua atuação, durante os acontecimentos de um processo histórico. Ou seja, é no decorrer do processo experienciado, sobretudo, na experiência acerca do debate de posicionamentos, que os indivíduos passam a “entender” e “assumir” a comunidade de interesses que lhes convém, num processo construtivo de classe.

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2012, p.274).

Mergulhados no sentimento de que estavam resguardados pela legitimação do direito à livre manifestação, diversos grupos sociais, que até então não participavam do processo reivindicatório, se sentem com poder (o suficiente) para efetivar mudanças, e, portanto, passam a se organizar nesse sentido, dando voz a suas próprias reivindicações. Percebendo a mudança nos valores e interesses reivindicados nas ruas, com o crescimento vertiginoso dos protestos (e da pressão social que dele advém), o MPL, que ainda não havia conquistado nenhum ganho social, faz uma mudança na forma que apresenta sua narrativa sobre as mobilizações. O movimento passa a priorizar a negociação com o poder público para a redução no preço da tarifa, se afastando dos atos de ação direta, e fazendo um esforço para que as manifestações ocorram de forma pacífica. Pautas secundárias, como o passe livre, a ação direta da população sobre a cidade, a autogestão de movimentos sociais, deixam de ser explicitadas pelo grupo. Assim, do dia 13 ao dia 19, defendem reiteradamente que o aumento de vinte centavos são a causa das mobilizações, que teriam fim com a revogação do decreto.

Não podemos, portanto, afirmar que os grupos sociais presentes no conflito de junho de 2013 são, em si, classes sociais, nem que, o processo pode ser analisado de uma perspectiva de luta de classes clássica, de oposição entre proletariado e os detentores do capital. Entretanto, as manifestações de junho de 2013 são um exemplo (uma expressão) de forças sociais polarizadas, divididas por comunidades de interesses divergentes, brigando entre si. Para Thompson (2018), a consciência de classe só existe como resultado de um processo de oposição entre grupo sociais. Surge a partir da consciência de interesses comuns compartilhados por indivíduos, que passam a se articular, por estratégias e táticas na defesa de tais interesses. Acreditamos, portanto, que todo o processo experienciado em junho de 2013 é, em alguma maneira, a expressão e a formação da consciência de classe, e como consequência, da ação de classes sociais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições deste trabalho se dão não somente na análise do objeto, mas também na sua caracterização. Assim, nos cabe ressaltar aqui, algumas conclusões prévias, descritas no decorrer deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Foi possível observar que, em relação às novíssimas formas de atuação de movimentos sociais e o Movimento Passe Livre, o MPL está ligado de maneira umbilical à lógica dos novíssimos movimentos sociais, que passam a ter destaque a partir de diferentes megaprotestos que acontecem desde 2008. Este tipo de movimento social se destaca, principalmente, por surgir em meio a um mundo globalizado, de comunicação via internet, onde as relações sociais se dão de maneira diferenciada, o que se reflete tanto na tática, quanto no horizonte político dos manifestantes. Cada vez mais associados a ativistas, e não mais a militantes, membros dos novíssimos movimentos sociais carregam consigo uma relação muito mais próxima a pauta sobre a qual atuam, do que a um determinado grupo de pessoas. Geralmente críticos das estruturas tradicionais da política, estes grupos não acreditam na personificação de um líder para o movimento, capaz de dialogar e exigir (em nome do grupo) mudanças sociais, ao invés disso, apostam na ação popular autônoma como forma de gerar pressão política. A origem desta estrutura de movimento social está ligada a movimentos altermundistas da década de noventa. Como fruto disso, seus princípios estão relacionados à autonomia, à participação popular e à descentralização de poder. O caráter autônomo e horizontal das Manifestações de Junho de 2013, proposto pelo MPL, facilitou a participação de diferentes grupos sociais que normalmente não atuam juntos. O evento foi o momento que essa nova forma de organização popular, de descentralização, autogestão e ação direta, foi apresentada em grande escala para a população, que passou a se posicionar e reivindicar seus interesses.

Podemos sugerir que o MPL é um movimento social de esquerda, que tem como objetivo final a transformação radical da sociedade, e para isto, opta por atuar especificamente sob o tema do transporte. O transporte possui uma grande capacidade de mobilização popular espontânea e promove participação direta da população sobre a cidade (autogestão da cidade por seus habitantes) e possibilita (graças ao caráter transversal da pauta) uma reflexão crítica acerca da lógica mercantil em diversas esferas da vida social. Por si só é possível perceber que o aumento da tarifa é o suficiente para impactar a massa e mobilizar diversos setores da sociedade a defender ativamente seus interesses. Observamos também que o MPL não pretendeu tomar as rédeas do processo de transformação radical da sociedade, mas sim, influenciar a sociedade civil a participar das tomadas de decisão.

Sobre o transporte público em centros urbanos, percebemos que a questão da mobilidade urbana é um assunto muito sensível na vida dos moradores da cidade. Ela causa um impacto social, econômico e de tempo despendido cotidianamente. A lógica que favorece o transporte individual, favorece também os interesses econômicos de grandes capitalistas estabelecidos no mercado. Os mais prejudicados dentro desse contexto são os próprios cidadãos, sobretudo, aqueles mais pobres que vivem na periferia da cidade. A mobilidade urbana deve ser entendida como uma pauta transversal a outros direitos, pois é a partir dela que se tem acesso a direitos estabelecidos como saúde, educação, além do direito à cidade, a usufruir, participar e reconstruir a mesma.

Com base na descrição sócio-histórica das manifestações e dos posicionamentos dos diferentes grupos sociais envolvidos no processo, foi possível aplicar os conceitos analíticos desenvolvidos por Thompson (2018), e assim, formular um panorama da atuação do movimento social, e de sua gestão sobre a economia moral dos protestos. O principal momento de inflexão no posicionamento do MPL-SP se deu no momento de massificação dos protestos, quando a pressão popular sobre os governantes se tornou insustentável. A brutal repressão policial a manifestantes, fez com que o direito a livre manifestação passasse a ser vinculado as manifestações, trazendo um público mais amplo e disperso. Inicialmente, por não ter forças o suficiente para revogar a tarifa, o movimento apostou nas táticas de ação direta como forma afrontar o poder público e de incentivar a participação da população nos protestos. Quando o movimento julga que a participação popular é intensa o suficiente para pressionar o poder público a revogar o aumento no preço das tarifas, se afasta dos atos de ação direta, e, de posicionamentos que possam trazer malefícios à imagem pública do movimento, priorizando assim, a negociação da redução da tarifa com os poderes.

Se num primeiro momento, o MPL despontava como única liderança capaz de articular os interesses e grupos sociais que se manifestavam, com a mudança da magnitude dos protestos, outros agentes passaram a ter influência sobre manifestantes. O MPL, como pretendia, conseguiu formular uma revolta popular, e assim, perdeu o controle do sentido das mobilizações. Com a ampliação do público, a força legitimadora dos protestos não era mais a mesma, que havia colocado o MPL em papel de destaque. Os interesses ali presentes não correspondiam mais aos do movimento, que já não podia mais se identificar com o público das mobilizações. Dia 19 de junho, na cidade de São Paulo, foi revogado o decreto que aumentava o preço das passagens. Assim, o MPL, que já exercia pouca influência sobre a economia moral dos protestos (se comparada ao início do processo), deixou de participar das mobilizações.

O objetivo, a curto prazo, do MPL no decorrer das manifestações foi duplo: produzir ganhos sociais relacionados ao transporte público - revogar o aumento -, e apresentar uma forma alternativa de atuação política - de ação direta, autonomia e horizontalidade de decisões -. Neste sentido, em junho de 2013, o MPL-SP foi vitorioso: revogou o aumento e influenciou a massificação de novíssimos movimentos sociais no país.

Contudo, os fatos pós-mobilizações, da ascensão da direita, do enfraquecimento da esquerda brasileira, tanto dentro da política tradicional, quanto nas mobilizações populares, nos indicam limites da atuação e das táticas utilizadas pelo MPL, que nunca mais voltou a ocupar os holofotes da política nacional. Os métodos de ação direta do MPL-SP tiveram êxito, e provocaram uma dura repressão policial, o que agiu como um catalisador de forças sociais, convocando grupos diversos. Os fundamentos das ações do MPL, de autonomia, participação popular, e descrença nos métodos tradicionais da política, promoveram um espaço de reivindicação aberto a todos os públicos e interesses, o que permitiu que outras forças sociais se beneficiassem das indignações contidas nas mobilizações populares, e de seu legado. De alguma maneira, inclusive, perder o controle sobre as mobilizações e seus sentidos, era parte do objetivo e tática do MPL.

Atualmente, oito anos depois da vitória do MPL nos protestos de junho de 2013, ainda são muitos os questionamentos sobre o seu legado e os resultados, a longo prazo. Não há dúvidas que a experiência de junho de 2013 tem provocado, ainda, transformações na sociedade brasileira. Agora, cabe ao tempo e aos estudiosos do tema nos dizerem, se essas transformações têm sido no sentido esperado pelo MPL.

REFERÊNCIAS

ANONYMOUS. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [S.l.]. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anonymous> . Acesso em 13 abr. 2021.

ASSAD, Keder; QUEIRÓZ, Imar. Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil: manifestações, estratégias de luta e desafios. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 18, n.1, p. 05 – 23, jul./dez. 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL. **A revolta das Barcas Rio-Niterói**. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/revolta-barcas-rio-niteroi>. Acesso em 01 abr. 2021.

BLACK BLOCS. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre [S.l.]. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc . Acesso em 13 abr. 2021.

BLOG DA BARRIGUDEIRA. **Greve da meia passagem**: Conheça a história dos 40 anos de lutas e conquistas!. 2019. Disponível em: <https://www.blogdabarrigudeira.com/2019/09/greve-da-meia-passage-conheca-historia.html> Acesso em 13 abr. 2021.

BORIN, Monique. **Distúrbio Urbano de 1947**: a imprensa paulistana e os responsáveis do levante. Arquivo Publico do Estado de São Paulo: 2009. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao39/materia05/> Acesso em 13 abr. 2021.

BUENO, Chris. **Movimento social e cultural defende marco histórico de Recife**. *In*: Scielo, 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003#:~:text=O%20movimento%20Ocupe%20Estelita%20é,destruição%20esse%20marco%20da%20cidade. Acesso em 11 dez. 2020.

DANA, Samy; SIQUEIRA, Leonardo. Análise: A tarifa de ônibus por aqui está entre as mais caras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 2013. 17 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296233-analise-a-tarifa-de-onibus-por-aqui-esta-entre-as-mais-caras-do-mundo.shtml>. Acesso em 11 dez. 2020

FERREIRA, Edemir. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **A multidão rouba a cena**: O quebra-quebra em Salvador (1981). 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11252/1/Dissertacao%20Edemir%20Ferreiraseg.pdf> . Acesso em 13 abr. 2021.

FORA DO EIXO. **Carta de princípios**. 2009. Disponível em: <https://foradoeixo.org.br/historico/carta-de-principios/> . Acesso em 11 dez. 2020.

FOLHA DE S. PAULO. **Editorial: Retomar a Paulista**. 13 junho 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml> Acesso em 13 abr. 2021.

G1. Protestos em São Paulo. **G1 – Portal de Notícias**, São Paulo, [s.d]. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/protestos-2013/infografico/platb/2013/06/> . Acesso em 02 abr. 2021.

G1. Alckmin diz ser ‘intolerável ação de baderneiros’ durante protestos em SP. **G1 – Portal de Notícias**, São Paulo, 12 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-disse-ser-intoleravel-acao-de-baderneiros-durante-protestos-em-sp.html> . Acesso em 03 abr. 2021.

G1. ‘Não vou dialogar em situação de violência’, diz Haddad. **G1 – Portal de Notícias**, São Paulo, 12 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html> . Acesso em 03 abr. 2021.

GIRAUD, Eva. Has radical participatory online media really “failed”?? **Indymedia and its legacies**. University of Nottingham, UK: 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1354856514541352>. Acesso em 13 abr. 2021.

GLOBOPLAY. **Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus**. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2631566/> . Acesso em 13 abr. 2021.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes, 2019.

HARVEY, David. A liberdade da Cidade. In: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 27 – 34.

HENRY, Thiago. Protesto contra aumento da passagem tem princípio de confronto em SP. **O Globo**, São Paulo, 07 jun 2013. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/protesto-contr-aumento-da-passagem-tem-principio-de-confronto-em-sp-8622500.html> . Acesso em 03 abr. 2013.

INDYMEDIA. The Global Network of Independent Media Centers. [s.d].Disponível em: <https://indymedia.org/> .Acesso em 11 dez. 2020.

JABOR, Arnaldo. Amigos eu errei e muito mais do que 20 centavos. CBN Rádio, São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo->

jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.html , Acesso em 03 dez. 2019.

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* **Vinte Centavos**: a luta contra o aumento. 1. Ed. São Paulo: Veneta, 2013.

LOCATELLI, Piero. Conheça o Movimento Passe Livre. **Carta Capital**. São Paulo, 10 de jun 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HA2PG4-8d2o> . Acesso em 03 abr. 2021.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3. p. 945-970, dez. 2019.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MCC- Movimento contra corrupção. **Objetivos do Movimento**. [s.d]. Disponível em: <http://www.contracorrupcao.org/p/objetivos-do-movimento.html> Acesso em 13 abr. 2021.

MÍDIA NINJA. **Quem somos**. [s.d]. Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/> Acesso em 11 dez. 2020.

MÍDIA NINJA. RODA VIVA. **TV Cultura**. São Paulo, 05 ago. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY> . Acesso em 13 abr. 2021.

MORA, Marcelo. Após fechar Marginal Pinheiros, ato contra tarifa volta à Avenida Paulista. **G1 – Portal de Notícias**, São Paulo, 07 jun 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/apos-fechar-marginal-pinheiros-ato-contratarifa-volta-avenida-paulista.html> . Acesso em 03 abr. 2021.

MORENO, Ana Carolina. Manifestantes depredam estação de metrô, banca e shopping na Paulista. **G1 – Portal de Notícias**, Notícias, São Paulo, 06 jun 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html> . Acesso em 28 nov. 2019.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas do MBL**. 2015. Disponível em: <https://mbl.org.br> . Acesso em 25 mar. 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 13-18

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. RODA VIVA. **TV Cultura**. São Paulo, 17 de junho de 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY> . Acesso em 03 abr. 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Por uma vida sem catracas**. [s.d] Disponível em : <https://www.mpl.org.br> . Acesso em 13 abr. 2021.

NEGRINI, Fernanda. **As jornadas de junho de 2013**. Vice News. São Paulo, 2013.

OPINIÃO PÚBLICA. **Datafolha instituto de pesquisa**. São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml> Acesso em 13 abr. 2021.

PASSE LIVRE: seis cidades têm protestos contra o preço da passagem nesta quinta. **Empresa Brasil de Comunicação**. Brasília, 13 jun. 2013. Disponível em <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/seis-cidades-tem-protestos-contra-preco-da-passagem-nesta-quinta> Acesso em 28 nov. 2019.

PEOPLES' Global Action. *In*: NADIR. [s.d]. Disponível em: <https://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/en/> . Acesso em 13 abr. 2021.

PESCHANSKI, João Alexandre. O transporte público gratuito, uma utopia real. *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013, p. 59 -64.

POMAR, Marcelo. Não foi um raio em céu azul. *In*: POMAR, Marcelo *et al.* **Vinte Centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

PRONZATO, Carlos. **A revolta do Buzu**. Lamestiza Audiovisual, Brasil, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA> . Acesso em 03 abr. 2021.

PRONZATO, Carlos. **Por uma vida sem catracas, MPL-SP**. Lamestiza Audiovisual, Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UNBm-dt2LRs> . Acesso em 03 abr. 2021.

RODRIGUES, Marcelo Netto. **O ciclo dos protestos anticapitalistas globais: dos zapatistas ao Ocupa Sampa**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013, p. 7 - 12.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

SILVA, Milena. **A gestão Luiza Erundina (1989-1992): participação popular nas políticas de transporte**. Tese Doutoral. Programa de pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013, p. 35 - 40.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. Tradução de Marcela Werneck. Editora Autonomia Literária, 2016.

VEM PRA RUA. **O movimento**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.vempraruia.net/o-movimento/#vem-pra-rua> . Acesso em 25 mar. 2021.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? *In*: VAINER, Carlos *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial/Carta Maior, 2013, p. 53 - 59.

VINICIUS, Leo. **A guerra da tarifa**. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2005. Disponível em: <https://editorafaisca.files.wordpress.com/2015/02/leo-vinicius-guerra-da-tarifa.pdf> . Acesso em 14/04/202